

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 16

# DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1994

## AS IDEIAS POLÍTICAS E A INTERVENÇÃO CÍVICA DE JOSÉ RÉGIO

José Régio ocupa um lugar cimeiro no panorama da cultura portuguesa contemporânea. Autor polémico, avesso a cedências ditadas por ventos, marés e modas mais ou menos conjunturais, continua a ser uma referência obrigatória com projecção além-fronteiras. A sua obra, polifacetada, foi objecto de numerosos estudos que incidiram sobre os diversos campos que cultivou, da poesia e do romance ao conto, da crítica literária à polémica. Embora a vertente literária seja naturalmente privilegiada, não podem ser subestimados outros campos menos conhecidos do seu labor, com especial relevo para as surpreendentes incursões no mundo das artes plásticas<sup>^</sup>), que produziram característicos desenhos a tinta da china e a lápis de cor — estes mais cuidados — ou aqueles que, ao sabor da inspiração do momento, traçava com a inseparável caneta de aparo — só muito tardiamente, no final da vida, se rendeu à esferográfica... —, nas missivas enviadas aos inúmeros correspondentes.

Não é fácil abordar a globalidade da obra de um autor tão prolífero, acabando sempre por se privilegiar um ou outro aspecto da sua actividade em detrimento dos restantes. Dificuldade acrescida quando deparamos com personalidades que se repartiram por diversas vertentes da criação artística — seja de que tipo for — \*

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

(<sup>a</sup>) Joaquim Pacheco Neves, *Os Desenhos de Régio*, Vila do Conde, Ed. da Câmara Municipal, 1988-1989.

e pela intervenção de carácter cívico ou, até pela militância empenhada.

Alguns exemplos são esclarecedores: em António Sérgio, o pensador, o político, o crítico atento da realidade portuguesa sobrepõe-se, certamente, ao medíocre poeta das *Rimas* (1908); em Jaime Cortesão, o historiador e o político soblevam o autor d' *A Morte da Águia* (1910), o "António Froes" de *Missa da Meia Noite* (1940) ou o dramaturgo de *Addo e Eva* (1921). O mesmo sucede com António Sardinha, figura cimeira do Integralismo Lusitano e celebrado teorizador do pensamento contra-revolucionário português, que foi, também, o "António de Monforte" de *Tronco Reverdecido* (1906-1908) e o poeta d' *A Epopeia da Planície* (1915). Em todos estes casos, o literário é usualmente desvalorizado — com excepção de Sardinha, e, em certa medida, de Cortesão, onde há um razoável equilíbrio entre ambas as vertentes — em benefício da actividade doutrinária e política.

Com José Régio sucede justamente o inverso. É numerosa a bibliografia existente sobre a sua vida e obra<sup>(2)</sup>, sobre a poesia, o romance, a doutrinação e a crítica, abordando o seu posicionamento quanto ao problema religioso ou sobre o significado da "literatura viva" e o papel da *Presença* nas modernas correntes da literatura portuguesa. Não menos importantes são os escritos de carácter biográfico e autobiográfico que nos ajudam a compreender o homem, seja ele o professor, o director de publicações, ou o integrante de círculos e tertúlias de Coimbra, Portalegre ou Vila do Conde. No entanto, são relativamente escassos os testemunhos sobre a actividade cívica de José Régio e bem assim os estudos sobre o seu pensamento político. Pontualmente, salientou-se a ligação estreita entre o autor dos *Poemas de Deus e do Diabo* e António Sérgio, que o primeiro, em mais que uma ocasião, considerou um dos seus mestres, e historiou-se parcialmente a colaboração do poeta no Movimento de Unidade Democrática<sup>(3)</sup>.

Pretendemos, neste artigo, estudar a acção cívica de José Régio e determinar as grandes linhas do seu pensamento político.

(2) Ver Luís Amaro, "Esboço de Bibliografia de José Régio", in Eugénio Lisboa, *José Régio, O homem e a Obra*, 2ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1986, pp. 253-285.

(3) Ver, por exemplo, Alberto Pedroso, "Em tomo de algumas intervenções políticas de José Régio", *A Cidade*, nº especial, Out. 1984, pp. 7-10.

Estamos, porém, conscientes das limitações que um trabalho deste tipo necessariamente contém. Uma delas — talvez a principal — sentimo-la ao inventariar os textos que reflectem o pensamento político do escritor, definidores dos grandes polos em redor dos quais se estruturou o seu ideário, o mesmo sucedendo com outros que revelam tomadas de posição conjunturais, mas nem por isso menos relevantes. Escritos há que, não sendo explicitamente "políticos", são importantes para clarificar o pensamento regiano no plano ideológico. Estão neste caso alguns dos inúmeros artigos dados à estampa na imprensa, em especial a série publicada em *O Primeiro de Janeiro*, no início da década de sessenta<sup>(4)</sup>, e o volume póstumo *Confissão dum Homem religioso*<sup>(5)</sup>, que insere, aliás, alguns dados autobiográficos.

Procuramos traçar o percurso da acção cívica de José Régio, tarefa sumamente difícil e à partida incompleta. Como reconstruir um *puzzle* tão complexo e irregular? Recorrendo a testemunhos, pesquisando a imprensa coeva — limitada pela acção da censura — coligindo documentos que, dada a sua natureza — abaixo-assinados, panfletos, publicações ilegais — não eram depositados nas bibliotecas, sobrevivendo apenas em arquivos particulares e só muito excepcionalmente em alguns públicos. Perante tal minguia de fontes, tivemos preciosos e insubstituíveis auxiliares na correspondência e no *Diário* inédito de Régio, cuja publicação se anuncia para breve, que nos permitiram esclarecer alguns aspectos mais obscuros da sua acção cívica e do seu pensamento político. Nessas páginas é o próprio Poeta que nos fala e dissipa dúvidas, com todo o peso da confidencialidade da correspondência, e com o discurso directo e intimista que um diário tem<sup>(6)</sup>.

Outro objectivo deste trabalho, embora mais limitado, relaciona-se com o pensamento de Régio, que tem sido interpretado mais de acordo com a óptica dos analistas do que em função da

(4) Esses artigos foram publicados entre Agosto e Dezembro de 1960. Veja-se, como exemplo, "O Individual e o social" (23-10-1960, p. 1) e "O Trabalho e o repouso" (25-9-1960, p. 1).

(5) José Régio, *Confissão dum Homem religioso*, Porto, Brasília, 1983.

(6) A utilização desses documentos e a transcrição de passagens mais relevantes só foi possível graças à colaboração de José Alberto Reis Pereira, sobrinho de José Régio e representante dos seus herdeiros, a quem agradeço toda a colaboração prestada na elaboração deste estudo.

globalidade dos escritos do próprio autor no seu conjunto. Privilegia-se uma ou outra actuação pontual, que se sobrevaloriza, mas ignora-se deliberadamente todo umnexo de posições de conjunto, articuladas, coerentes. Os acontecimentos e as paixões estão ainda demasiado vivos, e a tentação dogmática — dos vários dogmatismos, entenda-se — não poupou o Poeta mesmo depois da sua morte. Também ele, como sucedeu a Camões, ao marquês de Pombal ou a Fernando Pessoa, foi alvo de tentativas de recuperação e de aproveitamento da sua figura por sectores antagónicos, numa velha tradição nacional de reivindicação abusiva de personalidades já desaparecidas e que, por isso mesmo, não podem protestar a sua inocência e repudiar tais abusos.

### Î. *Um certo republicanismo*

O ambiente familiar vivido por José Maria dos Reis Pereira estava longe de propiciar o desenvolvimento dos ideais que mais tarde viria a abraçar. Seu avô, António Maria Pereira, era monárquico, "assinante de *A Nação*, cujos artigos de fundo eu lhe lia com aparente boa vontade e secreto enfado"<sup>(7)</sup>. O pai, José Maria Pereira Sobrinho, "ficou sempre monárquico"<sup>(8)</sup>. Quanto ao próprio Régio, já nesse tempo "princiara a ter ideias e estas não eram monárquicas"<sup>(9)</sup>.

As primeiras colaborações, assinadas com o pseudónimo que o consagrou ou com o nome verdadeiro, apareceram em jornais republicanos de Vila do Conde, como *O Democrático*, porta-voz local do Partido de Afonso Costa. Em 1920 publicou alguns poemas no periódico vilacondense *República*, antigo órgão do Partido Evolucionista, dirigido por seu tio, o Dr. António Maria Pereira Júnior, advogado, jurisconsulto e jornalista (colaborou em *A Nova Aurora*, de Lamego, em 1895-96, e dirigiu *A República* quando António Granjo foi nomeado Ministro da Justiça). Pereira Júnior fora ainda deputado evolucionista pelo círculo eleitoral de Santo Tirso, antigo Secretário-Geral do Ministério do Comércio e Comunicações e chefe de gabinete de Júlio Martins.

Q José Régio, *ob. cit.*, p. 42.

<sup>(8)</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>(9)</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

Sobre aquele seu familiar escreverá Régio: "o único republicano que [seu avô] em todo o mundo aceitava [...] era seu filho mais novo António — meu tio e padrinho. Este fora estudar para Coimbra, aí arejara as ideias e se fizera republicano. Em Vila do Conde dirigiu, mais tarde, um jornal chamado *A República*, onde se revelou excelente jornalista; — e se não ocupou altos postos políticos, (tinha, em Lisboa, amigos que o convidavam a isso), foi porque era pouco ambicioso"<sup>(10)</sup>. Essa primeira colaboração tinha um cunho exclusivamente literário, com poemas e textos semelhantes aos que publicou — contava 18 ou 19 anos — na *Alma Nova* de Espinho (1919-1921), na *Crisálida*, e na sua sucessora, *A Nossa Revista*, ambas do Porto (1921 e 1922).

Hesitante entre o Porto e Coimbra para prosseguir os estudos, decidiu-se pela cidade do Mondego. Diga-se, porém, que fez bons amigos na capital nortenha, como evocará mais tarde: "Com alguns desses que a frequentavam [a Faculdade de Letras do Porto] já então mantinha eu relações de amizade que mais ou menos continuei mantendo pelos anos fora [...]. Em torno da poderosa personalidade de Leonardo Coimbra gravitavam eles [...] José Marinho, Álvaro Ribeiro, Delfim Santos, Casais Monteiro. Nem o prestígio de Leonardo nem a perspectiva da camaradagem com estes meus amigos me desviaram da opção por Coimbra"<sup>(11)</sup>. A permanência nesta cidade, onde se licenciará em Filologia Românica — "anos de aprendizagem", é como Eugénio Lisboa chama a esse período da vida do Poeta<sup>(12)</sup> — teve a maior importância na evolução das suas ideias no campo artístico; Coimbra testemunhou, também, as suas primeiras tomadas de posição políticas. O ambiente era, aliás, propício: "na Coimbra daquele tempo havia de tudo em política, em literatura, em filosofia"<sup>(13)</sup>. O primeiro ano foi "melancólico, apagado [...] depois vieram os anos muito diferentes, com as primeiras camaradagens propriamente literárias, as revistas juvenis, entre as quais a *Presença*, as primeiras lutas em prol de ideias e doutrinas que ainda não reneguei"<sup>(14)</sup>.

<sup>(10)</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>(11)</sup> *Idem, ibidem*, p. 43.

<sup>(12)</sup> Eugénio Lisboa, *ob. cit.*, p. 45.

<sup>(13)</sup> A. Martins de Carvalho, "O meu amigo Reis Pereira", *In Memoriam de José Régio*, Porto, Brasília, 1970, p. 28.

<sup>(14)</sup> José Régio, *ob. cit.*, p. 74.

Em 1924 colaborou com alguma regularidade no jornal *A Revolta*, "quinzenário republicano académico" que tinha Raul Pinto Madeira e Pires Machado como director e editor<sup>(15)</sup>. No ano seguinte assinava duas críticas de livros no novo "jornal dos estudantes de Coimbra", *Humanidade*, dirigido por Vitorino Nemésio<sup>(16)</sup>. O testemunho de um antigo condiscípulo do escritor, A. Martins de Carvalho, ajuda-nos a compreender o modo como se processava essa colaboração: "Sempre que para uma das nossas publicações académicas era solicitado, acedia com prontidão. Às vezes eu hesitava em pedir-lhe artigos, receoso do nome explosivo do jornal ou da má-fé do grupo político em que acamaradava. Sem pestanejar ou pedir esclarecimentos, no dia prometido eu tinha o artigo; ele revia as provas e a ingénua folha revolucionária contava com um colaborador que viria a ser célebre"<sup>(17)</sup>.

A sua relação com o jornal *Humanidade* e com Vitorino Nemésio levanta a hipótese de ter existido uma certa proximidade entre José Régio e sectores republicanos que, após a experiência sidonista, procuravam definir novos rumos para o regime fundado em Outubro de 1910, tentando salvá-lo através de uma rigorosa crítica, do reconhecimento dos erros cometidos e de um corte com o jacobinismo e a demagogia. Nesse esforço que se revelará infrutífero destacou-se a acção da *Seara Nova*. Ora, o jornal *Humanidade*, e, de um modo particular, Vitorino Nemésio, estavam relacionados com aquele grupo cívico e com a revista que levava o mesmo nome. O periódico estudantil contava ainda com a colaboração de um jovem seareiro, Mário de Castro, e de um futuro director da *Presença*, João Gaspar Simões.

O ano de 1925 assistiu a um recrudescimento da actividade seareira, com maior incidência após a tentativa revolucionária frustrada do 18 de Abril. Foi no rescaldo desse acontecimento que se constituiu, em Novembro daquele ano, uma Comissão de Propaganda da qual faziam parte Raul Proença, David Ferreira e José \*<sup>1</sup>

<sup>(15)</sup> Soneto "Maus nervos" (nº 13,31-1-1924) e a secção "Crónica deste dia" (nºs 7, 9,11 e 14, de, respectivamente, 24-2,3-4, 29-12-1923, e 15-2-1924).

<sup>(16)</sup> Na primeira crónica, Régio analisava o livro *D. Sebastião rei de Portugal*, de Antero de Figueiredo, e *El Hombre que mató el Diablo*, de Aquilino Ribeiro (nº 1, 15-3-1925). A segunda intitulava-se "O movimento da arte modernista em Coimbra: sobre um manifesto e urna conferancia" (nº 2,1-4-1925).

<sup>(17)</sup> A. Martins de Carvalho, *ob. cit.*, p. 34.

Rodrigues Miguéis, que programou sessões para os locais onde a mensagem seareira teria, em princípio, maior receptividade — Santarém, Setúbal, Porto, Faro e Coimbra. A existência de simpatizantes naquela última cidade foi comprovada pelas mensagens alusivas à passagem do 4º aniversário da revista, enviadas por Joaquim de Carvalho, Aurélio Quintanilha e Viana de Lemos. Entre elas sobressai uma, subscrita por um grupo de estudantes universitários daquela academia, que saudava "nos dirigentes da *Seara Nova* um belo esforço de reconstrução ideológica, feito com método, com inteligência e com tenacidade". E o documento prosseguia: "desse número de leitores e amigos apenas a alguns é possível assinar esta carta, mas também os outros se encontram em espírito convosco e reconhecem calorosamente quanto de benéfico representa a acção dos homens que, desde há quatro anos até agora, escreveram e orientaram essa publicação; todos eles admiram e aplaudem a obra consciente, serena e firme que é muito do pouco consolador e esperançoso, ainda existente no país"<sup>(18)</sup>. O documento era assinado por 25 estudantes entre os quais João Gaspar Simões, Vitorino Nemésio, António José Branquinho da Fonseca, José Maria dos Reis Pereira (José Régio) e seu irmão, Júlio Maria dos Reis Pereira.

A existência destes apoios na Lusa Atenas justificava que aí se realizasse a primeira acção de propaganda da *Seara Nova*, que decorreu entre 23 e 26 de Abril de 1926, dinamizada por António Sérgio, Câmara Reys, José Rodrigues Miguéis, Sarmento de Beires e Mário de Castro. José Régio assistiu a essas sessões, conhecendo então, pessoalmente, António Sérgio; mas o seu nome não consta dos subscritores de um telegrama dirigido a Raul Proença, a 17 de Março de 1926, através do qual "um grupo de estudantes da Universidade de Coimbra manifesta a Vª Exª inteira solidariedade e grande admiração pela campanha sustentada pela *Seara Nova* contra o fascismo e os políticos corruptos"<sup>(19)</sup>. De facto, o único nome que se repete é o Nemésio.

No decurso de um almoço realizado a 25 de Abril de 1926 no Palácio Ameal, em Coimbra, foi enviado um telegrama ao autor de *Páginas de Política*, saudando "o afecto e o respeito que lhes merece quem tão criteriosamente defende os verdadeiros princípios

<sup>(18)</sup> *Seara Nova*, n.º 58, Out. 1925, p. 196.

<sup>(19)</sup> *Seara Nova*, n.º 80, 27-3-1926, p. 157.



democráticos"<sup>(20)</sup>. Entre os signatários estavam Nemésio, Mário de Castro, Sílvio Lima, Branquinho da Fonseca e Gaspar Simões.

Enquadrado numa linha de captação das gentes jovens pelos seareiros, fundou-se no Porto, no mesmo mês de Abril de 1926, o quinzenário estudantil *Acção Republicana*, onde colaboraram Álvaro Ribeiro, Adolfo Casais Monteiro, Horácio Cunha, Luís Guedes de Oliveira, Marques dos Santos e Viriato Gonçalves. Em Coimbra, mas somente em Abril de 1927, via a luz do dia um novo periódico, *Gente Nova*, dirigido por Vitorino Nemésio, Carlos Cal Brandão e Sílvio Lima; contou com a colaboração de António Sérgio, José Rodrigues Miguéis — que para ele escreveu diversos artigos — e Manuel da Silva. No n.º 1 (9-4-1927), Nemésio criticava favoravelmente os *Poemas de Deus e do Diabo*. Mas não há qualquer colaboração de José Régio nos 18 números impressos entre 9 de Abril de 1927 e 12 de Maio do ano seguinte. Não é fácil determinar, a mais de seis décadas de distância, quais as razões dessa ausência. Mas não esqueçamos que Régio concluíra a licenciatura em 1925, frequentava a Escola Normal e, pelo menos desde inícios de 1927, como o demonstram as cartas enviadas a João Gaspar Simões<sup>(21)</sup>, preparava activamente o aparecimento da *Presença* (10 de Março de 1927).

Registamos, entretanto, algumas referências curiosas e colaborações de José Régio em locais inesperados. Em 1926, um texto de sua autoria surgia no suplemento semanal de *A Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho<sup>(22)</sup>. No seu conteúdo não se vislumbra qualquer simpatia pelos ideais anarquistas, expressando apenas uma crítica acidulada às tradições académicas: "Na Arte, na Moral, na Ciência, na Religião, na Sociologia — o mundo marcha. Contra todas as reacções do espírito burguês, contra todas as resistências passivas da tradição, contra todas as emoliências do hábito, contra todos os subterrefúgios do comodismo — o espírito humano procura erguer a candeia sagrada acima dum velho tapume de convenções". E mais adiante: "um estudante é um homem que estuda, portanto todo o estudante deve ser um trabalhador e um intelectual".

<sup>(20)</sup> *Seara Nova*, n.º 86, 6-5-1926, p. 272.

<sup>(21)</sup> João Gaspar Simões, *José Régio e a História do Movimento da Presença*, Porto, Brasília, 1977, pp. 209-216.

<sup>(22)</sup> José Régio, "Coimbra de ontem e Coimbra de hoje", *A Batalha*, Suplemento semanal ilustrado, n.º 126, 26-4-1926, p. 1.

Comentando os *Poemas de Deus e do Diabo* no mesmo suplemento de *A Batalha* (17-5-1926), José Sant'Ana [Dionísio] assinalava o carácter revolucionário e provocatorio de algumas composições do jovem poeta: "José Régio é um revoltado sanguinário e um colérico. Ferve-lhe nas artérias sangue niilista. A sua *Última Página* apocalíptica da *Bysancio*, fez escândalo pela maneira sacrílega com que atirou um escarro de sangue negro à faca angélica do juiz. Todas as beatas e lentes integralistas que a leram taparam a cara horrorizados...". O próprio Régio assumia, na *Confissão de um Homem religioso*<sup>(23)</sup>, o "ateísmo e hereticismo" desses tempos de Coimbra.

Alguns dos "lentes integralistas" referidos contavam-se entre os inspiradores do movimento desencadeado dez dias após a publicação daquelas palavras, que provocará uma mudança substancial no panorama político nacional. A iconoclasia de Régio centrar-se-á, a partir de então, preferencialmente, no campo das letras.

## 2. Alguns incidentes nos anos trinta

A ida de José Régio para Portalegre, em 1929, e a sua permanência nessa cidade até atingir a situação de reforma, 33 anos depois, se não lhe afectou negativamente a criatividade, bem pelo contrário, limitou-lhe o campo de acção no plano político. Optando pelo magistério, a sua transferência para uma pequena cidade da província com tradição republicana, é certo, mas onde o peso do conservadorismo era visível, iria marcá-lo significativamente. Não esqueçamos que alguns dos mais relevantes elementos integralistas – António Sardinha, José Pequito Rebelo, Hipólito Raposo – estavam vinculados por nascimento ou casamento àquela região, e que outra figura cimeira do movimento monárquico, Rui de Andrade, residia em Fontalva, Barbacena (Eivas). Abraços com a publicação da *Presença*, repartido entre Vila do Conde e Coimbra, Régio teve algumas dificuldades em se adaptar à vida portalegrense, como sublinhou em cartas a Gaspar Simões e Carlos Queirós<sup>(24)</sup>.

<sup>(23)</sup> José Régio, *Confissão...*, p. 74.

<sup>(24)</sup> David Mourão-Ferreira, "Notas à margem de umas cartas inéditas", *A Cidade*, cit., pp. 53-54.

O Estado Novo procurava estabilizar-se e, perante esse facto, o autor de *Biografia* tomou algumas posições que, embora circunstanciais ou de pormenor, não foram despreciadas. A pedido de António Sérgio, com quem sempre terá grandes afinidades ideológicas a par de uma estima e consideração mútuas, começou a colaborar na *Seara Nova*<sup>(25)</sup>, ali mantendo uma presença regular até 1940, data em que Sérgio e Mário de Azevedo Gomes abandonaram a direcção da revista, acompanhados por Agostinho da Silva, Castelo Branco Chaves e Álvaro Salema<sup>(26)</sup>- António Sérgio retomou a colaboração na *Seara Nova* em 1947, o mesmo sucedendo com Régio dois anos depois<sup>(27)</sup>, que para ela escreveu uma série de artigos com o título genérico de "Tara uma teoria da crítica compreensiva". Um pequeno trabalho de sua autoria, "Críticos e criticados (carta a um amigo)", mais tarde incluído na 2ª edição de *António Botto e o Amor* (1937-8), foi publicado nos "Cadernos *Seara Nova*" (1936).

A censura, entretanto, proibira *O Jogo da Cabra Cega*, que Régio dera à estampa em 1934.

Em 1935 participou na homenagem que um grupo de alunos do Instituto Superior de Agronomia e das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa tributou a três individualidades com ligações à *Seara Nova*: Mário de Azevedo Gomes, Hernâni Cidade e Joaquim de Carvalho. O pequeno volume, então publicado pela comissão promotora, incluía um texto de Régio intitulado "Meia dúzia de linhas". Nele estavam subjacentes críticas ao regime mas, simultaneamente, o Poeta recusava dogmatismos de qualquer tipo: "As doutrinas, sejam elas quais forem, mudam com os tempos e são imperfeitas. Por isso continuamente se corrigem a si próprias e umas às outras, evoluindo ou engendrando-se umas às outras quer

<sup>(25)</sup> José Régio iniciou a sua colaboração com o poema "Exortação do meu Anjo", n.º 354, 7-9-1933, p. 281. V. Alberto Pedroso e António Ventura, "José Régio na *Seara Nova*", *Boletim, do Centro de Estudos José Régio*, n.º 1, 1989, pp. 5-16.

<sup>(26)</sup> Na verdade, a carta onde António Sérgio anunciava a saída da direcção da *Seara Nova* foi publicada no n.º 618, de 17-6-1939, que também inseria uma missiva de igual teor de Mário de Azevedo Gomes. Mas os nomes de ambos só desapareceram do cabeçalho a partir do n.º 662, de 20.4.1940.

<sup>(27)</sup> Régio retomou a colaboração na *Seara Nova* no seu n.º 1116, de 28-5-1949.

por oposição quer por desenvolvimento. Há pessimistas ou autoritários a quem irrita, parece, o espectáculo desta contínua fermentação do espírito<sup>(28)</sup>.

No ano seguinte, José Régio sofria um primeiro sobressalto. Alberto Miranda, professor de Botânica e seu colega no liceu de Portalegre, foi alvo de um processo disciplinar em consequência da hostilidade que mostrava nas aulas aos estudantes que nelas compareciam com o uniforme da Mocidade Portuguesa. Para além disso, e como agravante, ambos se tinham recusado a assistir às cerimónias de 1936 comemorativas do 10º aniversário do 28 de Maio. Alberto Miranda, futuro colaborador da "Biblioteca Cosmos", dirigida por Bento de Jesus Caraça, na qual publicou o volume *A Descoberta do Mundo Vegetal* (1944), foi suspenso por um ano com redução do vencimento e depois transferido. Régio solidarizou-se com o colega e recebeu o pior, como relatava numa carta a Adolfo Casais Monteiro: "Ser-me-ia actualmente uma grande contrariedade não só deixar o liceu de Portalegre, ou [ser] castigado com diminuição de vencimento"<sup>(29)</sup>.

As palavras de Régio escritas por ocasião da homenagem a Azevedo Gomes, Joaquim de Carvalho e Hernâni Cidade, traduzem uma aversão visceral aos esquemas rígidos, qualquer que fosse a sua origem, nas letras como na política. Não é assim de estranhar que na *Presença* participassem escritores de variados horizontes ideológicos e que, inversamente, ao autor dos *Poemas de Deus e do Diabo* não repugnasse colaborar em publicações igualmente díspares. Encontramos, assim, textos de sua autoria nas páginas da revista luso-brasileira *Atlântico*, editada pelo Secretariado da Propaganda Nacional a partir de 1942, sob a direcção de António Ferro, em *Fradique*, jornal cultural de feição situacionista dirigido por Tomás Ribeiro Colaço, e no *Sol Nascente*, quinzenário portuense onde predominavam elementos ligados ao Partido Comunista

<sup>(28)</sup> *Homenagem aos Professores Azevedo Gomes, Hernâni Cidade e Joaquim de Carvalho*, Lisboa, Ed. dos Alunos da Universidade de Coimbra, da Faculdade de Letras de Lisboa e do Instituto Superior de Agronomia, 1935, p. 115. Neste volume colaboraram ainda Rodrigues Lapa, General Ferreira Martins, Vieira de Almeida, Luís Cardim, Flausino Torres, Mendes Correia, Lima Basto e Ruy Mayer.

<sup>(29)</sup> "Carta inédita de José Régio para Adolfo Casais Monteiro", apresentação de José Alberto Reis Pereira, in *A Cidade*, cit., p. 162.

Português e que foi um dos arautos do neo-realismo, eufemismo que em Portugal designou o Realismo Socialista. E Régio não podia estar mais longe das concepções traçadas por José Staline, André Jdanov ou Máximo Gorki, recusando o comprometimento da arte, a sua colocação ao serviço de uma ideologia, por mais meritória e salvadora que parecesse ser.

Foi esse posicionamento do Poeta, repetidamente afirmado, que o levou a apoiar António Sérgio no seu debate com Abel Salazar, e que esteve também na origem da célebre polémica com Álvaro Cunhal, mantida em 1939 nas páginas da *Seara Nova*<sup>30</sup>).

### 3. A polémica com Álvaro Cunhal

Este debate surgiu no seguimento de uma série de artigos que José Régio iniciara naquela revista em Dezembro de 1934<sup>31</sup>). A "XI Carta (a um moço camarada sobre qualquer possível influência do romance brasileiro na literatura portuguesa)"<sup>32</sup>) provocou a polémica. O ambiente era, aliás, favorável, uma vez que se registavam, com alguma frequência, atritos entre presencistas e neo-realistas. Nas entrelinhas ou em comentários directos os remoques surgiam tanto na *Presença* como em *O Diabo* ou no *Sol Nascente*. Os textos doutrinários reafirmativos das respectivas posições, esses eram igualmente numerosos. Os presencistas pugnavam pela não vinculação da arte, cultivando a problemática individual e o intimismo, rejeitavam a submissão a pressupostos ideológicos e políticos. Tal postura levava os neo-realistas a propor uma concepção empenhada do fenómeno artístico, estabelecendo uma fronteira entre dois campos, como escreveu Manuel Filipe: "o escritor que se isola na sua torre de marfim e o do escritor que pretende afirmar-se em função de um tipo humano universal. Se o

(<sup>30</sup>) Sobre este episódio v. o nosso artigo "Régio — Cunhal: uma polémica esquecida", *Grande Reportagem*, n.º 6, 11 a 17-1-1985, pp. 48-53.

(<sup>31</sup>) A série intitulava-se "Cartas do nosso tempo", mas José Régio alterou-a para "Cartas intemporais do nosso tempo", explicando em nota (*Seara Nova*, n.º 608, 8-4-1939) que tal se destinava a evitar confusões com a série que surgira em *O Diabo*, intitulada, também, "Cartas do nosso tempo".

(<sup>32</sup>) *Seara Nova*, n.º 608, 8-4-1939, pp. 151-153. O artigo continuou no n.º 609, de 15-4-1939, pp. 203-205.

escritor tem uma missão a cumprir, essa missão só a pode realizar com a consciência da sua função social da sua utilidade precisa e da sua responsabilidade"<sup>3</sup>). Este espírito de missão em favor de um "novo humanismo" — expressão cara aos neo-realistas — negava que os problemas da cultura pudessem apartar-se dos problemas da vida. À arte competia um papel activo e a defesa do progresso. A arte não se podia limitar a "ver"; devia "agir".

Subjacente a estes princípios de inspiração marxista estavam as directrizes inerentes ao "realismo socialista", cujos reflexos em Portugal eram visíveis na imprensa neo-realista da época. José Régio recusava liminarmente tais posturas. E afirmou-o em vários escritos nas páginas da *Presença*. O artigo publicado na *Seara Nova* era apenas mais um. Reconhecendo que esboçava "algumas remadas contra a maré dominante", comentava a frequência com que o romance brasileiro era abordado na imprensa literária nacional, convertendo-se num "pretexto ou um meio", "uma espécie de moda". E assumia a condição de literato e de intelectual: "a meus olhos míopes tanto vale o neo-realismo social como qualquer outra escola ou tendência literária [...]. Tanto me interessa, em literatura, os problemas ou dramas da miséria ou da fome como os da consciência, do sentimento, do pensamento, do instinto". E mais adiante: "Não distingo, pois, os livros por uma distinção das classes dos personagens, não avalio a humanidade duma obra pelos partidismos, dogmatismos, exclusivismos e restrições do autor, e, muito longe de considerar as características de actualidade e localidade valores da obra de arte (ou, em geral, das obras do espírito) julgo que, actuais e locais ou não, só são realmente grandes aquelas obras que o selo da eternidade e da universalidade distingue". Não podia ser mais explícito; um pouco ironicamente reconhecia que "se isso é ser atrasado ou burguês, não há dúvida alguma! Sou o mais atrasado e chapado dos burgueses". Régio estava consciente de que estas palavras produziram reacções, despertando mais algumas antipatias, sobretudo entre "os meus camaradas mais novos, aqueles por quem mais me interessa". Concluía o artigo na revista seguinte, sublinhando que "não se deve confundir literatura (falo daquele aspecto principal da literatura que é a arte literária) com política ou sociologia; nem a arte literária é propaganda seja do que for".

<sup>(33)</sup> Manuel Filipe, "Cartas do nosso tempo", *O Diabo*, n.º 195, 26-6-1938, p.8.

Fixámos, de ambos os textos, algumas passagens que nos pareceram mais significativas e nas quais Régio marcava posição face ao neo-realismo. Tal como previa, as reacções não se fizeram esperar e chegaram através de um artigo assinado pelo filho de um colaborador da *Seara*, Avelino Cunhal, que era, ao tempo, um estudante empenhado na luta política. Álvaro Cunhal, — assim se chamava o jovem autor — já se tinha distinguido como dirigente associativo na Faculdade de Direito de Lisboa, nos Grupos de Defesa Académica, na Juventude Comunista e no PCP, colaborando nos jornais *Liberdade*, *Sol Nascente* e *O Diabo*; viria a ilustrar, em 1941, uma obra capital do neo-realismo português — *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes. Cunhal, num artigo também publicado na *Seara Nova*, vinha a terreiro contestar José Régio<sup>34</sup>): "Cada qual tem que escolher um caminho — para um lado ou para outro". Aos homens competiria optar. Num momento tão especial — estava-se em 1939 — todos deviam encontrar um rumo concreto. Quem se furtasse a isso fazia, também, uma escolha. Eram os "cansados que pregam o cansaço", os "desalentados que pregam o desalento", os "solitários que pregam a solidão". Criticava depois o alegado "umbilicalismo" de Régio, expressão inspirada no poema "Mitologia" do livro *As Encruzilhadas de Deus* ("Vergo a cabeça sobre o peito / concentro os olhos sobre o umbigo"). Deste livro, cujo título contrasta com o escolhido por Álvaro Cunhal para o seu artigo, retirava este último alguns excertos de outros dois pormas — "Meu Menino" e "Poema do Silêncio" — para demonstrar que "o seu eu passa a ser motivo predominante da sua vida", fugindo da vida e da realidade exterior, isto é "adorar o próprio umbigo e cantar". Reconhecendo que a literatura não era política nem sociologia, e que a arte literária não era propaganda, Cunhal verificava que "toda a obra literária — voluntariamente ou involuntariamente — exprime uma posição política e social e que toda ela faz propaganda, seja do que for". Embora vendo em José Régio "um dos mais poderosos e capazes poetas portuguesas contemporâneos quanto ao potencial e capacidade de expressão", o jovem articulista concluía que o conteúdo da sua poesia revelava "uma expressão dolorosa de fuga, de cansaço, da renúncia, daqueles que não têm força e sensibilidade

(<sup>34</sup>) Álvaro Cunhal, "Numa encruzilhada dos homens", *Seara Nova*, n.º 615, 27-5-1939, pp. 285-287.

para permanecerem corajosamente onde se degladiam as multidões". A poesia de José Régio exaltaria "uma posição (e até uma atitude) condenável, fracassada e decadente". Por isso devia "ser combatida" porque "para os homens que se degladiam na encruzilhada, um homem interessa ou vale na medida em que os acompanha na dor, na luta e na esperança".

O artigo de Álvaro Cunhal era acompanhado por uma nota assinada pelas iniciais CR (Câmara Reys, director da revista), esclarecendo que a publicação do artigo não envolvia qualquer desprimor para Régio, mas, por outro lado, "não devíamos recusar fazer ouvir aos nossos leitores aquele generoso e caloroso grito, tão vibrante de sinceridade e juventude". Elogiando o Poeta, Câmara Reys comentava que Álvaro Cunhal "reconhecerá quanto é injusto o tom indignado e levemente motejador das suas palavras, se ler e reler *Jacob e o Anjo*", Régio replicou com novo artigo<sup>(35)</sup>, declarando solenemente o seu apreço pelos jovens e também pelo seu contraditor, "um desses rapazes em quem sinto a sinceridade e a boa-fé". A juventude de então era igual à de todos os tempos, com o seu "calor do coração, o entusiasmo na luta pelos grandes fins, o inconformismo perante a rotina, a mesquinhez e o baixo interesse". Mas não estava isenta de defeitos: "Àqueles mesmos que mais gritam e acusam" eram os que se recusavam a "examinar, a discutir, a analisar, a reflectir, a distinguir — a pensar". Régio equoiciava os diversos planos em que Cunhal o criticou, respondendo ao longo de três páginas e meia de texto — "o que em primeiro lugar interessa ao crítico — é a crítica; a um verdadeiro artista — a arte; a um verdadeiro matemático — a matemática; etc". Repelia a acusação de cansaço e reconhecia que "todas as formas da actividade humana me parecem legítimas, excepto as que se realizam no crime", não desprezando, por isso, a política. Mas nenhuma se deveria sobrepor às outras. A acusação de "umbilicalismo" mereceu um detalhe especial. Régio acusava o seu jovem crítico de fazer juízos simplistas e "esquisitas interpretações" no que respeitava ao livro *Encruzilhadas de Deus*, com a utilização de citações abusivamente deslocadas: "os versos citados não são senão passos duma viagem" mais completa, cuja cúpula era "Sarça ardente". Os princípios, esses reafirmava-os com veemência: "Não aspiro à popularidade fácil

<sup>35)</sup> José Régio, "Defino posições", *Seara Nova*, n° 619, 24-6-1939, pp. 5-8.



nem à glória do momento. Dum modo geral, não sou homem para ortodoxias. Não admito que se pretenda impor temas ou formas a um artista. Melhor: não admito que se pretenda impor nada a um trabalhador intelectual". Quanto à sua relação com a sociedade, Régio era igualmente claro: "Não tenho por inferior ao de nenhum dos meus contendores o meu amor pelos deserdados de qualquer espécie; nem a minha vontade de contribuir para o melhoramento das condições económicas, sociais, culturais e morais em que tantos tão injustamente se encontram. Simplesmente, não é o meu amor produto de nenhuma ortodoxia, cartilha, ou credo político: antes enraíza num profundo sentimento de fraternidade e justiça". E apontava António Sérgio como exemplo daqueles homens que, "muito capazes de fina e directamente atacar um problema de estética ou de pedagogia, atacam diariamente um problema de economia ou sociologia quando se tratava de resolver uma tremenda crise social".

Álvaro Cunhal treplicou<sup>(36)</sup>, negando que lhe tivesse escapado o alcance de *As Encruzilhadas de Deus*: "Eu quero esclarecer que falo neste momento da poesia de José Régio — sobretudo de *As Encruzilhadas de Deus* — porque ela canta com um realismo impressionante a tortura do desalento, da fuga, da indecisão, canto esse comum a muitos outros poetas e poetazinhos portugueses que não foram fadados para a poesia [...]. Mas nenhum como José Régio conseguiu exprimir com tão grande beleza, vibração e angústia, a situação do homem que se afastou das multidões anónimas, do homem a quem faltam forças para romper o isolamento, do homem a quem a vida chama ainda e que não vê outra maneira de dela se aproximar, fora a expressibilidade do seu eu". E glosava diversos poemas do livro para demonstrar aquela afirmação. Admitia, porém, que o homem solitário cantado por José Régio não fosse José Régio, e à afirmação daquele de que não poderia haver literatura sem o conhecimento do homem, contrapunha que este "não é só o conhecimento dum homem ou do que há de excepcional ou de anormal neste ou naquele homem — ou em nós próprios [...] — Para conhecer o homem não basta uma análise psicológica".

(36) Álvaro Cunhal, "Ainda na encruzilhada", *Seara Nova*, n.º 626, 12-8-1939, pp. 151-154.

Régio não prosseguiu o debate. As posições continuariam imutáveis. Um terceiro interveniente, Alfredo Pereira Gomes ainda, publicou um artigo e, noutros jornais, mais algumas raras peças surgiram<sup>(37)</sup>. A clivagem entre os que colocavam a arte ao serviço da luta contra o regime, e os que defendiam a independência da mesma acentuou-se e afectou a própria *Presença*. Sob intensas críticas dos sectores neo-realistas, José Régio grangeava inimizades duradouras...

Mas a verdade é que, não obstante as acusações de "umbilicalismo", Régio mantinha-se atento em relação ao que o rodeava. Embora não se conheçam tomadas de posição explicitamente políticas, outras houve que o foram, ao menos implicitamente. Em Portalegre, o Poeta conheceu em 1940 o Dr. Feliciano Falcão, um médico ligado à oposição, e seu sogro, João Diogo Casaca, republicano da velha guarda e director do semanário *A Rabeca*. Estas novas amizades fizeram despoletar o primeiro confronto directo com os sectores nacionalistas locais. Tudo começou com um número em que aquele semanário homenageava José Régio<sup>(38)</sup>, mostrando-se o órgão situacionista *Correio de Portalegre*<sup>(39)</sup> particularmente irritado com um artigo de Feliciano Falcão em que este fazia um diagnóstico pessimista da vida cultural local. Embora Régio não fosse directamente visado pelo articulista não identificado do *Correio de Portalegre*, sentiu-se na obrigação de sair a terreiro em defesa do seu amigo, através de uma "Carta aberta ao Director deste Jornal" <sup>(40)</sup>, concordando com ele quanto ao panorama da vida cultural local, anémica e insignificante, sem que as potencialidades existentes fossem aproveitadas. O tom utilizado era cordato, contrastando com a resposta de Feliciano Falcão

(37) Alfredo Pereira Gomes, "Considerações á margem duma discussão", *Seara Nova*, n° 629, 2-9-1939, pp. 212-213. Régio ainda publicou na *Presença* o texto "Divagação mais ou menos pessoal sobre a *blague* do senhor Álvaro Cunhal, uma citação do Dom Casmurro, uma opinião de José Bacelar, o anexam *preso por ter cão, preso por não ter* e outras miudezas que o leitor verá" (n° 1, II Série, Nov. 1939).

(38) *A Rabeca*, n° 1203,5-12-1941. Este número incluía um excerto do poema "Sarça ardente" e "As Berreiras", um retrato do Poeta por João Tavares e um artigo de Feliciano Falcão, "José Régio e Portalegre".

(39) "Estreia infeliz", *Correio de Portalegre*, n° 9,10-12-1941, p. 3.

(40) *A Rabeca*, n° 1205, 20-12-1941, p. 1.

publicada no mesmo número do semanário<sup>(41)</sup>. O *Correio de Portalegre* voltou à carga<sup>(42)</sup> com um extenso artigo, onde, ora dirigindo-se a Régio ora a Feliciano Falcão, o articulista anónimo lamentava que o Poeta, convidado a colaborar naquele periódico, tivesse aparentemente recusado a solicitação. Como epílogo concluía que "há figuras, e Régio é uma delas, que não pertencem a estes ou àqueles, mas sim a uma cultura". Note-se que o facto de José Régio não ter colaborado no jornal nada tem a ver com a sua orientação, ou melhor, esse aspecto não seria relevante para o Poeta. Na verdade, ele já escrevera para outro semanário situacionista local, *Alto Alentejo*, em 1930, com artigos sobre literatura e cinema. Tal deveu-se à amizade com o seu director, o Dr. Manuel Fernandes de Carvalho, seu colega no liceu local e genro da proprietária da pensão onde o escritor se alojara.

Mas nem sempre os sectores governamentais terão a mesma opinião benévola sobre José Régio, que manteve uma colaboração irregular em *A Rabeca* até aos anos sessenta<sup>(43)</sup>.

#### 4. No Movimento de Unidade Democrática

O final da II Guerra Mundial teve, como é sabido, importantes repercussões em Portugal, gerando um forte movimento contagiado pela vitória dos Aliados. A oposição democrática, convicta de que a democracia seria restabelecida na totalidade do Velho Continente, e de que essa mudança envolveria também os dois países peninsulares governados por regimes autoritários, reivindicou a realização de eleições livres. Aproveitando os momentos iniciais de hesitação e de expectativa por parte do governo, remetido para a defensiva, os diversos sectores oposicionistas, desde os sobreviventes dos velhos partidos da República até ao Partido Comunista e personalidades independentes, iniciaram diligências, no mês de Setembro de 1945, para a realização de uma reunião legalmente autorizada, que teve lugar em Lisboa, a 8 do mesmo

(41) Feliciano Falcão, "Tara esclarecer (e ajudar a compreender a local *Estreia* infeliz no *Correio de Portalegre* de dia 10)", *idem*, p. 1.

(42) "Ora muito bem!", *Correio de Portalegre*, nº 11,24-12-1941, p. 3.

(43) Sobre esta colaboração ver o volume que organizámos, *José Régio, Escritos de Portalegre*, Portalegre, Ed. A Cidade, 1984.

mês, no Centro Escolar Almirante Reis. Aí se formularam as condições tidas como indispensáveis para que os democratas concorressem ao acto eleitoral, fundando-se ao mesmo tempo o Movimento de Unidade Democrática. Inicialmente pouco receptivo, o PCP acabou por lhe dar o seu apoio.

As adesões aos princípios enunciados pelo MUD sucederam-se em infindáveis listas publicadas na imprensa oposicionista, onde tinham especial relevo os profissionais liberais e os intelectuais<sup>44</sup>). Entre os escritores que prontamente manifestaram concordância com o "movimento democrático de campanha pelas eleições livres" estavam muitos antigos colaboradores da *Presença*, para além do próprio José Régio, lado a lado com neo-realistas: João Gaspar Simões, Branquinho da Fonseca, Fausto José, Adolfo Casais Monteiro, Miguel Torga, Aleixo Ribeiro, António de Sousa, Joaquim Namorado, João José Cochofel, Mário Dionísio, Fernando Lopes Graça, João Pedro de Andrade, António Navarro, Edmundo de Bettencourt, Manuel Mendes, Irene Lisboa, José Gomes Ferreira, José Bacelar, António Ramos de Almeida, Afonso Duarte, Vitorino Nemésio, Olavo d'Eça Leal...

A adesão de Régio não foi um mero acto simbólico. Empenhou-se directamente no MUD ao subscrever, a 13 de Outubro de 1945, o pedido para realização de uma assembleia de democratas em Vila do Conde, cuja comissão promotora integrou juntamente com três familiares — o advogado António Maria Pereira Júnior (seu tio, a que já aludimos como antigo director de *A República*) e seus primos António José de Sousa Pereira, também advogado, e José Maria de Sousa Pereira, médico, ambos filhos do primeiro. A reunião celebrou-se a 18 de Outubro e nela foram aprovadas por unanimidade as deliberações tomadas na reunião do Olímpia, no Porto. A 20 do mesmo mês, o *Diário Popular* anunciava a adesão de Régio às decisões do Centro Almirante Reis.

No dia 10 de Novembro de 1945 era divulgado um manifesto de intelectuais onde se criticava o Estado Novo em geral e a sua acção no campo cultural em particular: "extinta a liberdade, negou-se à inteligência criadora a sua maior força, faltou ao povo o esclarecimento dos seus próprios problemas, que deve ser a primeira missão dos intelectuais, como a estes faltou uma soberania

<sup>44</sup>) *República*, 21-10-1945, p. 3.

justa que só o povo pode realizar"<sup>(45)</sup>. Mais à frente, o documento referia que apenas "um povo livre pode gerar uma Cultura. Só a democracia permite a afirmação de um povo livre"; por isso, "os escritores e cientistas que assinam este manifesto julgam seu dever dirigirem-se ao país para afirmarem o seu incondicional apoio ao Movimento de Unidade Democrática". Entre os subscritores estavam José Régio, Gaspar Simões, Edmundo de Bettencourt, Branquinho da Fonseca e Adolfo Casais Monteiro. Pela primeira vez, o Poeta empenhou-se na acção política, embora a vertente cultural não deixe de estar presente. O próprio MUD sentiu necessidade de sublinhar a fraqueza do regime nesse campo e fundou uma organização específica, a Comissão dos Escritores, Jornalistas e Artistas Democráticos, com sede na Rua da Trindade, n° 15, 3º, em Lisboa.

Registámos ainda a colaboração de José Régio na estrutura do MUD em Portalegre. Compareceu na sessão pública no Teatro Portalegrense, a 12 de Setembro de 1945, durante a qual foi tributada uma saudação especial aos intelectuais portugueses aderentes ao movimento, "na pessoa do Sr. Dr. Reis Pereira"<sup>(46)</sup>. No mesmo número de *A Rabeca* onde era descrita a reunião, o Escritor publicou um artigo intitulado "A democracia, os intelectuais e o Povo", ilustrado com uma caricatura sua da autoria do pintor Manuel D'Assumpção. Nesse texto tecia considerações sobre o papel dos escritores e sua ligação ao povo, enunciando o seu pensamento em relação à cultura dirigida: "como conceber-se uma verdadeira cultura quando a expressão dos sentimentos, das ideias, das opiniões e crenças, dos juízos críticos, seja limitada pelos interesses do partido, grupo, facção, ou o quer que seja, que está no poder? Nunca uma cultura limitada e dirigida deixará de ser parcial".

O MUD vivia uma situação ambígua de legalidade consentida. Frustrada a democratização, realizadas as eleições de 1945 sem oposição, o Estado Novo passou à ofensiva no ano seguinte, num momento em que os Aliados se defrontavam com um novo adversário — a União Soviética e os países sob sua influência. A admissão de Portugal na Organização das Nações Unidas foi pretexto para uma nova campanha da oposição, que

<sup>i45)</sup> *República*, 10-11-1945, centrais.

<sup>(46)</sup> *A Rabeca*, n° 1357, 14-11-1945, p. 2.

procurou sensibilizar a opinião pública mundial e as grandes potências para a situação portuguesa. Num documento datado de Agosto de 1946, intitulado "O MUD perante a admissão de Portugal na ONU", o movimento defendia que tal entrada só deveria ocorrer se o país passasse a fazer parte do número das nações democráticas: "só um governo democraticamente representativo pode ser intérprete da vontade de colaboração de um povo livre numa Assembleia de povos livres". O documento era subscrito por todos os membros da respectiva Comissão Central. A 9 de Setembro, saía um novo comunicado — "Portugal fora das Nações Unidas; representação da Comissão Central do MUD ao Senhor Presidente da República"; era a resposta a uma nota da Presidência do Conselho que criticava o documento anterior. A 10 de Setembro, por ordem do Sub-Secretário de Estado da Educação Nacional, anunciava-se a instauração de processos disciplinares a dois membros da Comissão Central do MUD, Mário de Azevedo Gomes e Bento de Jesus Caraça, ao abrigo dos Artºs 2º e 23º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Civis. Ambos serão demitidos da função pública em portarias publicadas no *Diário do Governo* de 10 de Outubro de 1946, mas não deixaram de responder às acusações que lhes eram dirigidas<sup>(47)</sup>.

O MUD solidarizou-se com os visados através de uma declaração subscrita por todos os membros da Comissão Central e das Comissões Distritais. Mas a grande demonstração de solidariedade, encontramos-la no abaixo-assinado "Os Intelectuais portugueses protestam", datado de Novembro de 1946, com assinaturas de duas centenas de personalidades. Antigas desavenças foram mais uma vez esquecidas — lado a lado estavam António Sérgio, Arlindo Vicente, Joaquim Namorado, Mário Dionísio, Mário Cesariny, Julião Quintinha, João Gaspar Simões, Afonso Duarte, Adolfo Casais Monteiro e Avelino Cunhal. José Régio subscreveu o documento juntamente com o seu irmão Júlio. Posteriormente, em 1947, ocorreriam novas demissões de militares e de professores como Pulido Valente, Ferreira de Macedo, Andréa Crabbé Rocha, Dias Amado, Mário Silva e Celestino da Costa (*Diário do Governo*, 18-6-1947, 1 Série).

<sup>(47)</sup> Mário de Azevedo Gomes e Bento de Jesus Caraça, *Duas Defesas*, Lisboa, Edição dos Autores, 1946.

## 5. As eleições presidenciais de 1949

As eleições presidenciais, marcadas para o início de 1949, surgiam como mais uma oportunidade para a oposição divulgar propostas e denunciar situações. A candidatura do general Norton de Matos, se bem que não fosse isenta de polémica, conseguiu unir a maior parte dos sectores anti-salazaristas, motivados, é certo, por objectivos diferentes. Não obstante tratar-se do período da sua vida em que teve maior actividade política, não detectámos qualquer participação activa de José Régio como orador, embora fizesse parte de mesas em sessões públicas. Este facto não é só por si relevante, uma vez que é bem conhecida a relutância do Poeta em falar em público, fosse em que circunstância fosse. Anunciou-se, por exemplo, que iria usar da palavra numa reunião em Eivas, juntamente com o coronel Jorge Frederico Velez Carço e os Drs. António Ferro, Florindo Madeira e Manuel Portilheiro; mas, na descrição da mesma surgida na imprensa, não há qualquer alusão a tal respeito. A sessão mais importante realizou-se no Teatro Portalegrense, no dia 30 de Janeiro de 1949, presidida por Mário de Azevedo Gomes.

José Régio sentiu intensamente o momento que se vivia. Por ocasião da ida do general Norton de Matos a Beja, a 30 de Janeiro, onde realizou um importante comício, um grupo de democratas portalegrenses deslocou-se àquela cidade e viu-se envolvida nos incidentes que tiveram lugar depois da sessão. Régio planeava acompanhar os amigos a Beja, mas uma acontecimento inesperado e doloroso impediu que tal se concretizasse — a morte de Francisco Bugalho, ocorrida em Castelo de Vide no dia 28. Régio optou por acompanhar o corpo do camarada de lides presencistas à última morada. A amizade sobrepôs-se ao ardor — se acaso o havia — da luta política.

No dia 7 de Fevereiro de 1949 realizou-se uma assembleia de delegados das diversas comissões da candidatura oposicionista, na qual participaram representantes da Comissão Central, de todas as distritais com excepção de Bragança e de Castelo Branco, e ainda de comissões interprofissionais e de mulheres (admitidas com alguma reserva), bem como personalidades a título individual, caso de Adolfo Casais Monteiro. Foi uma reunião dramática e emotiva, onde se discutia e deliberava sobre a ida ou não às urnas, e na qual a maioria dos presentes se pronunciou pela desistência do general.

O distrito de Portalegre esteve representado por três elementos: o coronel Jorge Carço, o Dr. Feliciano Falcão e José Régio. Foi esta a primeira e única vez que o Poeta desempenhou um papel assumidamente político, com um balanço nada positivo.

Nas páginas do seu *Diário*, Régio descreveu a reunião, que o impressionou profunda e desfavoravelmente, remetendo-se a partir de então para uma posição cada vez mais céptica, desencantada, colocando sérias reservas a novas tomadas de posição de carácter político<sup>48</sup>). Impressionou-o desfavoravelmente a acção de Mário de Azevedo Gomes e o papel do PCP em todo o processo.

(<sup>48</sup>) [escrito a 6 de Julho de 1949] "Tui a Lisboa, em companhia do coronel Carço e do Dr. Feliciano Falcão, à reunião das comissões distritais organizada por Norton de Matos. Nesta reunião (onde, como psicólogo, aprendi bastante) foram apresentados pelos representantes das várias comissões distritais os dados que deveriam decidir Norton de Matos a ir, ou não ir, às eleições. Lá apareceram, no entanto, alguns pequenos grupos que nada tinham a ver com as comissões distritais. Estes se bateram violentamente pela não ida às umas. Esta era uma ideia *antecipada* dos comunistas e comunizantes: não ir às umas! Várias vezes Norton de Matos se irritou com a pressão que sentia quererem exercer sobre eles — precisamente esses pequenos grupos (rapazes e mulheres) que ali estavam e falavam por favor. Parece que tinha sido Azevedo Gomes quem ali os introduzira. Não gostei da atitude deste homem, que me pareceu dúbia. Em dada altura, como Norton de Matos insinuasse *estar a ser traído desde o princípio* por aqueles que tão preconcebidamente se opunham à sua ida às umas, (houve quem ameaçasse abandoná-lo, no caso de ele persistir na ida) Azevedo Gomes, teatralmente, interrogou Norton de Matos — a quem secretariava e que representara em várias partes — sobre se tal insinuação alguma coisa tinha, também, a ver com ele. Norton de Matos negou... o quê, não sei!, porventura seria uma suspeição íntima. Foi uma pequena cena teatral e penosa, — muito curiosa para um psicólogo. (Confesso que dificilmente teria eu suportado as longas e longas horas desta sessão, se, naturalmente, não revertesse durante ela a uma atitude de romancista).

Pessoalmente simpatizei muito com Norton de Matos: Pareceu-me um homem de boa fé, um pouco violento mas naturalmente enérgico e activo. Que diferença da atitude fria, reservada, calculada, (porventura apaixonada mas dominadora da paixão) do homem que o secretariava! Não sei, porém, o que faria Norton de Matos como chefe do governo, — e representante da Democracia. Era preciso opor alguém a Óscar Carmona... e apareceu ele. Confesso não ter visto em Norton de Matos o espírito, o carácter, o temperamento do que, a meu ver, seria o ideal representante supremo da Democracia portuguesa".



Paralelamente, Régio escreveu diversos artigos onde analisou o momento político, e expôs a sua posição pessoal que transcendia a conjuntura, enunciando algumas linhas de força essenciais do seu ideário. O primeiro desses textos intitula-se "Sobre uma Palavra de Jesus"<sup>(49)</sup>. Embora alusivo à quadra natalícia, o seu alcance ia mais além. Ao analisar a importância de Cristo — o Homem ou o Deus-Homem — na história da humanidade e os reflexos da sua doutrina, Régio fazia alguns comentários que não eram inocentes face à situação política portuguesa de então e às próximas eleições presidenciais: "Bem certo há leis mais ou menos justas; regimes mais ou menos adequados; doutrinas políticas, sociais, morais, mais ou menos progressivas; sociedades mais ou menos equitativas e aperfeiçoadas. Pelas mais justas leis, e os mais adequados regimes, e as doutrinas mais progressivas, e as sociedades mais aperfeiçoadas, devemos nós lutar".

O número de 16 de Janeiro de 1949 do jornal *República* informava que José Régio, "uma das mais altas expressões do pensamento português de todos os tempos", quebrava o silêncio a que se tinha imposto e ia falar, por intermédio daquele vespertino, numa colaboração que se anunciava para o número seguinte. O artigo intitular-se-ia "O recurso ao medo". Mas o certo é que tal escrito não apareceu nem naquele nem nos números seguintes do jornal, acabando por ser incluído num pequeno volume de 64 páginas, editado pelos Serviços Centrais da Candidatura, com o título genérico de *Depoimento contra Depoimento*, numa clara alusão ao discurso — "O meu Depoimento" — que Salazar proferira a 7 de Janeiro de 1949 no palácio da Bolsa do Porto. A brochura reunia escritos — alguns já tinham sido estampados no *República* — de algumas prestigiadas personalidades oposicionistas: António Sérgio, José de Magalhães, João de Barros, Mário de Azevedo Gomes e o já citado José Régio. "O recurso ao medo" é o seu texto político mais conhecido, e por isso mesmo várias vezes publicado<sup>(50)</sup>. Nele o Poeta desmonta o uso sistemático da intimidação da sociedade e dos indivíduos que aplicava, na prática, o ditado bem português

H A *Rabeca*, n° 1513-14, 22-12-1948, p. 1.

<sup>(50)</sup> O texto foi reproduzido no *Diário de Notícias* de 18-12-1974, pp. 7 e 8, e na *História Contemporânea de Portugal* (dir. de João Medina), Lisboa, Amigos do Livro, Vol. "Estado Novo II", s.d., pp. 11 -12.

segundo o qual "é o medo que guarda a vinha", com gravíssimas consequências que tal ambiente acarretava para as diversas actividades da vida nacional. Que sucedera para que o texto não tenha vindo a lume, conforme fora anunciado, nas páginas do *República*? Outra situação bizarra, detectamo-la no número de 26 de Janeiro de 1949 daquele jornal, que inseria uma nota intitulada "Algumas Palavras de José Régio", abordando um tema caro aos defensores do regime — a ordem; nela se criticava os que "só querem entender a ordem nascida de uma obediência forçosamente passiva a um pensar único". É um texto estranho e formalmente contraditório — não assinado e escrito na primeira pessoa. Mais uma vez o *Diário* resolve os dois mistérios: "Afora estas mudas intervenções (nunca falei, publicamente, em parte nenhuma), publiquei três artigos no semanário portalegrense *A Rabeca*. Tiveram algum sucesso local... e até extra-local. Também mandei dois artigos para o jornal *República*. O primeiro, *O recurso ao medo*, foi integralmente cortado pela Censura, e publicado, depois, num folheto clandestino de propaganda. Do segundo, *Ordem e desordem*, saíram na *República* uns fragmentos desconexos, sob o título de *Algumas palavras de José Régio*".

Com efeito, José Régio escrevera para *A Rabeca* alguns artigos. No primeiro, "Entre dois regimes"<sup>51</sup>), comentava num tom moderado o já referido discurso de Salazar, procurando rebater a argumentação do Presidente do Conselho através de uma análise sistemática e de uma lógica inatacável. Embora reconhecesse no homem forte do Estado Novo "um dos nossos bons escritores de ideias", recusava-lhe o estatuto de "iluminado". Não havia, em seu entender, homens inspirados pelo Espírito Santo, infalíveis, detentores de verdades absolutas, que dispensassem a discussão e o confronto de ideias. A questão central do momento fora colocada por Oliveira Salazar — tratava-se de escolher entre dois regimes. Um, era o regime "dum partido único, pela força mantido no país". O outro, era o regime "da livre coexistência das diversas forças ideológicas da nação, chamadas todas a colaborar no bem comum". Ambos estavam representados pelos respectivos candidatos na pugna eleitoral que se avizinhava — Carmona e Norton de Matos. Régio optava pelo segundo e avisava: "transitórias, ainda que longamente se arrastem, são as ditaduras".

(<sup>51</sup>) *A Rabeca*, n.º 1517, 19-1-1949, p. 1.

Façamos um breve parêntesis para reflectir sobre a forma como Régio se referia a Salazar neste artigo, o mesmo sucedendo nos círculos de amigos, reconhecendo ao Presidente do Conselho defeitos mas também qualidades. Esta atitude benévola valeu-lhe algumas críticas, como a de Jorge de Sena: 'Tara que diabo se lembrou V. de achar que o Salazar é um pensador? Pensador de que espécie? Com que originalidade? Com que coerência? Com que profundidade? Não são estes critérios seus para avaliação do pensamento? Fraquezas da independência, Régio! Veja no que a gente pode cair se não se acautela!'"<sup>(52)</sup>. No entanto, as reservas que o Poeta sentia por Salazar estão bem patentes num soneto que escreveu em 1958, a propósito de um prometido aumento de ordenados para os funcionários públicos, adaptado de um outro da autoria de Luís Gomes, em que se referia ao Chefe do Governo como "Santo pupilo de Loyola / Mistura de judeu e de vilão"<sup>(53)</sup>.

O terceiro texto enquadrado na mesma campanha eleitoral, também publicado em *A Rabeca*, intitulava-se "Perguntas indiscretas"<sup>(54)</sup>. O Poeta mostrava-se perplexo pelo facto do candidato situacionista, general Óscar Carmona, raramente falar, assumindo Salazar todo o protagonismo. Elogiava-se a acção do Estado Novo em contraste com o período que o antecedeu, produziam-se encómios em série ao Presidente do Conselho, criticava-se a oposição e o seu candidato, mas pouco ou nada se dizia a respeito de Carmona. Recusando a licenciabilidade e a anarquia que o governo pretendia reconhecer na oposição, José Régio reafirmava o carácter multifacetado da liberdade — "o seu conteúdo é psicológico, é social, é moral, é metafísico" —, considerando-a congénita ao homem. Os erros, naturalmente humanos, da República, não afectavam a grandeza dos ideais que a inspiraram, tal como os excessos da Inquisição nada tinham que ver com a mensagem cristã. E perante os contornos mal definidos das propostas oposicionistas e a incerteza do regime que se

<sup>(52)</sup> Jorge de Sena / José Régio, *Correspondência*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1986, pp. 137-138. Veja-se, sobre a opinião de Régio sobre Salazar, a carta endereçada a seu irmão João Maria, datada de 20-2-1949, publicada no *Caderno de Cultura*, n.º 171, de 23-12-1982, pp. 3 e 4 do *Jornal de Vila do Conde*.

<sup>(53)</sup> Augusto A. Costa Santos, "Breve história de um soneto de José Régio", *A Cidade*, cit., pp. 41-43.

<sup>(54)</sup> *A Rabeca*, n.º 1518, 26-1-1949, pp. 1 e 2.

pretendia instaurar, em alternativa ao estado Novo, Régio apontava diversos exemplos da História de Portugal inspirados pelo espírito de aventura, a começar pela epopeia dos descobrimentos: "a mim me agrada muito o espírito de aventura, quando aliado a faculdades de bom senso, razão, apreensão do real". De uma forma algo profética referia-se ao carácter pessoal do regime — "o estado Corporativo, o Estado Novo, a Democracia Orgânica, a Situação... — resume-se à pessoal do Senhor Doutor Oliveira Salazar?" — e interrogava-se sobre o que seria desse regime "após o seu inevitável passamento".

Este artigo suscitou a cólera do órgão local da União Nacional, *A Voz Portalegrense*, através de um texto assinado por um tal "Justus"<sup>(55)</sup>. O Poeta era duramente criticado, rebatendo o seu autor a utilização do termo "aventura": "essa aventura do que virá depois pode ser que muito agrade a alguns dos seus camaradas da oposição, talvez. Mas nessa *aventura* não se pode lançar uma Pátria inteira que quer viver, progredir e ser feliz — Nessa aventura não. Perdoe V. Ex<sup>a</sup> a pequenina contestação que ousou fazer aos seus conhecimentos de História. V. Ex<sup>a</sup> é professor (não de História, é verdade) e por isso se lhe podem perdoar essas... liberdades poéticas".

José Régio prosseguiu a série de artigos dedicados ao momento político, retomando um tema que já abordara em "Sobre uma palavra de Jesus": a mensagem social do cristianismo. Surgiu assim "Democracia e religião de Cristo"<sup>(56)</sup>, acrescentando-lhe um *post-scriptum* onde respondia ao crítico de *A Voz Portalegrense*. Recomendou ao tipógrafo que compusesse aquela última parte em corpo menor. O original era só um, mas como as duas partes estavam compostas em corpo diferente, foram à censura duas provas: uma referente ao artigo propriamente dito e outra respeitante ao *post-scriptum*. O censor julgou estar perante artigos autónomos. Quanto a "Democracia e Religião de Cristo", mostrou algumas dúvidas e suspendeu-o, a 2 de Fevereiro de 1949, remetendo-o para os serviços centrais em Lisboa; autorizou, porém, a publicação do *post-scriptum*, que surge, com esse título bizarro, em *A Rabeca* de 2 de Fevereiro. Régio aconselhava o seu contraditor

(55) *Voz Portalegrense*, n.º 865, 29-1-1949, p. 2.  
H *A Rabeca*, n.º 1520, 9-2-1949, pp. 1 - 2.

a consultar o *Dicionário* de Cândido de Figueiredo para compreender o sentido em que foi utilizada a palavra "aventura", ironizava: "Ja sabe toda a gente que um professor do liceu de Portalegre ousa defender os negros ideais democráticos...".

No último dos textos publicados no âmbito da campanha eleitoral de Norton de Matos, "Democracia e Religião de Cristo", pretendia José Régio demonstrar que não existia incompatibilidade entre democracia e cristianismo, havendo, pelo contrário, menos afinidades entre a mensagem de Cristo e certos regimes que dela se reivindicavam, numa clara alusão ao Estado Novo.

Régio anotou no *Diário* o balanço da sua experiência: "deste modo queria ter registado aqui quaisquer impressões sobre a minha breve actuação durante o período de propaganda em favor da candidatura do General Norton de Matos. Sim. Alguma actividade desenvolvi nesse período; mas que foi exagerada (aliás na melhor das intenções) por alguns meus amigos. Fiz parte da mesa, em algumas sessões de propaganda no Distrito de Portalegre. Estive no palco da sessão realizada cá na cidade; (o que era arrojado para um professor do Liceu)".

Este texto, escrito, como referimos, a 6 de Julho de 1949, reflecte também algum receio por eventuais represálias. De facto, vários funcionários públicos haviam sido demitidos em todo o país, e também no Distrito de Portalegre, em consequência da colaboração prestada a Norton de Matos. Em Vila do Conde, o Dr. António José de Sousa Pereira, primo de José Régio, viu o seu contrato como advogado do município ser rescindido por tais motivos. Mas devolvamos a palavra ao *Diário*: "Dadas as minhas intervenções, esperou-se que eu fosse demitido do meu cargo de professor do liceu. Muito recentemente, e em virtude de novas demissões de funcionários públicos, voltaram os meus amigos a manifestar-me esse mesmo receio. Porém, até hoje, nada me aconteceu. Por mim, estou tranquilo. Na verdade, nunca pude acreditar que me demitissem. Muitas vezes, aliás, sonho actualmente com uma sossegada vida de reformado... mesmo com pequena reforma. Só o ter de ajudar financeiramente os meus me impede de agir no sentido de conseguir tal vida".

## 6. Os anos cinquenta

As reservas de José Régio em relação ao PCP, que já vinham dos tempos em que polemizou com Álvaro Cunhal, aprofundaram-se após as eleições presidenciais de 1949. Por isso — mas não só, como veremos —, o Poeta mostrou sérias reservas à campanha a favor da paz desenvolvida em 1953 por alguns intelectuais portugueses. Este movimento fora inspirado pelo Conselho Mundial da Paz (declaração de Budapeste de 20 de Junho de 1953), que elegera dois novos elementos portugueses (Maria Lamas e Ruy Luís Gomes); a nível interno era dinamizado pelo PCP<sup>(57)</sup>. José Régio foi convidado a aderir, como deixou registado, a 7 de Julho, no seu *Diário*: "Recebi do António José Saraiva uma carta convidando-me a aderir a nem sei que organização, ou liga, a favor da paz. Há uns tempos que compreendi ser, de momento, preocupação de comunistas e comunizantes agregar os intelectuais numa *ofensiva* a favor da paz". A carta que enviou como resposta é bastante elucidativa quando à sua pouca receptividade, aproveitando a ocasião para esclarecer o seu pensamento quanto ao problema da paz<sup>(58)</sup>. E comentava em seguida: "A carta de A. José Saraiva era digna e seca, — como, decerto, ele julgara conveniente em havendo de me escrever. O meu desinteresse pela política (e tanto nacional

(57) Ver *Avante!*, IV Série, n.º 180 e 181, de Set. e Out. 1953.

(58) A carta a António José Saraiva foi transcrita no *Diário*:

"Exm.º Senhor e Prezado Camarada:

Antes de mais, peço desculpa da demora deste resposta: demora que só os meus variados afazeres justificam.

Sentimentalmente, abomino a guerra. Profundamente me incomoda ou perturba o estado de guerra em que vive o mundo actual. No entanto, ainda não tenho a certeza *do que penso* sobre a guerra. Há, talvez, circunstâncias em que a insistência na Paz não passará de uma cobardia, dum cansaço, ou de uma renúncia. Também creio que, no complicado mundo actual, a propaganda a favor da paz ou a propaganda da guerra (os povos e os indivíduos passam facilmente duma à outra) obedecem a cálculos e interesses que desconheço, e sobre os quais não posso, pois, pronunciar-me. Eis porque prefiro abster-me de assumir, em tais questões, uma posição que não sei se não teria de renegar amanhã.

Lamentando a decepção que poderá dar-lhe esta breve resposta, muito cordialmente me subscrevo ao dispor,

José Régio".

como mundial) é, por agora, quase completo. No entanto, assinei ainda há pouco mais uma dessas exposições ao estado sobre as próximas eleições de deputados. A tal respeito me tem escrito o António Sérgio. Creio que estou perdendo qualquer fé na Democracia; — mas que não quero perdê-la, e insisto numa atitude que, como tantas outras minhas, poderá ser tida por hipócrita ou dúbia desde que não compreendida. Ora dúbia talvez; mas profundamente sincera".

O documento a que Régio se refere dizia respeito à constituição da Comissão Promotora do Voto, em Maio de 1953, com vista às eleições legislativas de Outubro. O movimento foi dinamizado por algumas figuras históricas da oposição — Norton de Matos, Egas Moniz, Barbosa de Magalhães, António Luís Gomes, António Sérgio, entre muitos outros —, que dirigiram uma exposição ao Presidente da República, reivindicando o funcionamento legal da comissão e formulando exigências quanto ao recenseamento, liberdade de propaganda e, finalmente, garantias de genuinidade do acto eleitoral. O documento, também subscrito por José Régio, conheceu uma significativa divulgação no país, tanto na imprensa<sup>(59)</sup>, como através de edições copiografadas ou dactilografadas em cópias a papel químico.

Como o próprio Régio reconheceu, António Sérgio procurava levá-lo a um maior empenhamento, convidando-o a participar numa reunião de delegados oposicionistas em Lisboa, no mês de Julho de 1953; mas o Poeta escusou-se, numa carta enviada ao autor dos *Ensaíos*, na qual precisava o âmbito da sua intervenção cívica: "eu sei que a minha acção política pessoal será sempre muito limitada — dar um nome, ajudar às despesas com uns pobres escudos, escrever quaisquer linhas de longe em longe..."<sup>(60)</sup>.

(59) O documento foi publicado na *Seara Nova*, n.º 1276/9, 26-10-1953, pp. 91 a 93, e na *República* de 22-5-1953.

(60) Publicada em: José Régio/António Sérgio, *Correspondência (1933-1958)*, Apresentação e notas de António Ventura, Portalegre, Centro de Estudos José Régio, 1994, pp. 111-112.

## 7. Régio, Marcello Caetano e o Teatro

Em 1952, Régio concluíra uma nova peça de teatro, *A Salvação do Mundo*. Mas, após alguns meses de expectativa quanto à sua representação, tudo se esfumou. A peça foi proibida, e as razões dessa interdição levaram o autor ao conhecimento de seu pai, numa carta de 15 de Maio de 1953 — "O Ministro [da Educação] vira nela uma paródia à Situação actual, identificando o meu personagem principal com o Salazar, e interpretando tudo o mais em relação". Alguns anos mais tarde levantou-se alguma celeuma em redor da peça *Jacob e o Anjo*, levada à cena em Paris, a 31 de Dezembro de 1952, no Studio des Champs-Élysées. Constava que as dificuldades levantadas à sua representação em Portugal se deviam a razões de ordem política. A Companhia de Vasco Morgado planeava levá-la à cena, com o empenhamento de João Villaret, e Régio pretendia que a música estivesse a cargo de Fernando Lopes Graça. No entanto, após vários meses de diligências e depois de algumas deslocações do autor a Lisboa, tudo se malogrou. Na correspondência para seu pai e no *Diário*, Régio anotou os pormenores desse episódio: "o projecto gorou-se para a passada temporada teatral, — sobretudo em razão de mais ou menos surda perseguição que lhe moveu o SNI. Havendo, actualmente, um fundo de Teatro que subsidia várias peças mediocres (nacionais e, sobretudo, estrangeiras), foi tal subsídio recusado ao *Jacob e o Anjo*. Pretenderam, aliás, fazer o Vasco Morgado desistir da sua ideia; depois, quase lhe impuseram que não viesse a peça a ser representada senão em *sessões culturais*, à tarde; etc, etc.. O pretexto para se lhe recusar o subsídio — *era, precisamente, o que devia ser invocado para que lhe fosse concedido!*: a peça não era comercial, o público não a entenderia. É pasmoso, pois se não negava a categoria à peça; mas é assim. Quer dizer: o SNI só subsidia peças (pelo menos portuguesas) que o público facilmente compreenda, e, assim, de certo modo já dispensem tal subsídio!".

Foram feitas diligências junto de Marcello Caetano por um amigo de Alberto de Serpa e pelo Dr. Armando Sampaio, dirigente da União Nacional e figura preponderante do regime em Portalegre. Em duas cartas dirigidas a seu pai, José Régio exprimia sentimentos desencontrados face ao então Ministro da Presidência, enquanto aguardava esclarecimentos. Numa, o Poeta mostrava desânimo — "a respeito do *Jacob* já perdi as esperanças. O Marcelo Caetano é da



mesma qualidade dos outros... " (carta de 7-3-1956); noutra, posterior, revelava um espírito diferente: "Deixemos actuar, junto do Marcelo Caetano (que, em certas coisas, parece ter um espírito mais livre)" (carta de 23-3-1956). As indagações empreendidas por Armando Sampaio ficaram registadas no *Diário*: "Como um amigo meu de Portalegre escrevesse ao Dr. Marcelo Caetano interessando-se pela obtenção do subsídio para o *Jacob*, o Senhor Ministro da Presidência (muito influente no SNI) respondeu-lhe [...]", negando a existência de qualquer preconceito político contra o autor; manifestava ainda a maior consideração para com ele, mas reconhecia que a peça era inacessível e incompreensível ao grande público. A carta esteve em poder de José Régio, que a transcreveu no *Diário*, e depois voltou às mãos do Dr. Armando Sampaio que a doou à Casa Museu José Régio, onde se encontra<sup>(61)</sup>. O Poeta não deixou de anotar no *Diário* alguns comentários à missiva: "O estado português criou um fundo de teatro — julgaria toda a gente que para protecção dum teatro superior — tanto quanto possível nacional. Mas o Senhor Ministro da Presidência e o Secretariado (cujo director é actualmente o Dr. Eduardo Brazão, filho do grande Actor do mesmo nome) entendem que as peças *espirituais* não servem... e zelam os interesses financeiros dos empresários melhor do que estes próprios. *Tableau*. Apesar de tudo isto, Vasco Morgado e João Villaret continuam — ao que parece — na disposição de montarem (mesmo sem subsídio, e com a desaprovação das entidades importantes) a minha famigerada peça. Veremos, esperemos. *Jacob e o Anjo* já tem história que daria um volume".

As esperanças não se concretizaram. A peça teve que aguardar mais doze anos, até ser levada à cena pelo Teatro Popular de Lisboa, a 22 de Maio de 1968, numa encenação de Orlando Vitorino.

Talvez para compensar o não apoio ao *Jacob e o Anjo*, o SNI levantava a proibição que pendia sobre *El Rei Sebastião*<sup>(62)</sup>. José Régio, em carta dirigida a Eduardo Brazão, agradeceu a comunicação recebida mas aproveitou a oportunidade para

<sup>(61)</sup> Esta missiva foi publicada por Manuel Inácio Pestana em "José Régio visto por Marcello Caetano", *A Cidade*, Revista Cultural de Portalegre, I Série, n.º 4, Abr. 1982, pp. 26-28.

<sup>(62)</sup> *El-Rei Sebastião*, "Poema espectacular em três actos", fora publicado em 1949, pela Atlântida, de Coimbra, incluído na Colecção "Teatro de José Régio".

manifestar o seu descontentamento pelas sucessivas proibições de obras dramáticas de sua autoria e pela política oficial quanto ao teatro<sup>(63)</sup>.

### 8. Um momento de reflexão

Uma campanha semelhante à de 1953, preparatória das eleições para deputados de 1957 e das presidenciais do ano seguinte, teve como ponto de partida um almoço de confraternização democrática celebrado em Lisboa a 13 de Dezembro de 1956. O documento então aprovado recomendava às comissões promotoras das comemorações do 5 de Outubro que se mantivessem activas, agregassem novos elementos e dinamizassem as operações de recenseamento a iniciar a 2 de Janeiro de 1957. No ponto 5º do Capítulo 3º— "Sobre organização" — afirmava-se: "julgamos ser de justiça e de alto interesse nacional que sejam considerados desde já membros de honra dessa comissão os democratas a seguir

(63) No *Diário*, Régio transcreveu a carta do Secretário Nacional do SNI, Eduardo Brazão:

"Exmº Senhor Dr. José Régio  
Portalegre

Tenho o subido prazer de comunicar a V. Exª que, em virtude do estabelecimento de novas directrizes para a Censura Teatral, com o objectivo de uma maior protecção ao Teatro Português, foi levantada a interdição da representação da peça *El Rei Sebastião*, da autoria de V. Exª.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª os meus melhores cumprimentos.

Lisboa, 20 de Abril de 1956  
A Bem da Nação  
O Secretário Nacional  
Eduardo Brazão"

Régio respondeu-lhe com uma missiva, igualmente transcrita no *Diário*:

"Muito agradeço a amabilidade de me comunicar ter sido levantada a interdição que—nunca cheguei a compreender porquê — pesava sobre a minha peça *El Rei Sebastião*. Oxalá as *novas directivas para a Censura Teatral* venham a ser cumpridas e possam, ainda, produzir algum fruto: pois, em verdade, o Teatro Português não só não me parece favorecido em Portugal, mas antes desfavorecido em relação ao teatro estrangeiro [...]" E o Poeta aproveitou a oportunidade para batalhar, mais uma vez, em prol de *Jacob e o Anjo*.

mencionados, esperando que esta Assembleia e as futuras Comissões Distritais sugiram a inclusão de outros cidadãos<sup>64</sup>). Seguiu-se uma relação de nomes entre os quais estava o de José Régio.

Mas este não se mostrava sensível a qualquer solicitação de carácter político, pelo menos momentaneamente. A nota que aparece no seu *Diário*, escrita a 17 de Dezembro de 1957, é reveladora do estado de espírito e da descrença que o possuía: "Recebi uma carta de *correligionários*: pretendiam interessar-me na propaganda para as mais ou menos próximas eleições do novo presidente da República. Respondi (o mais diplomaticamente que pude) que não contassem comigo para nada. Custou-me dar-lhes tal decepção. Mas sinto-me, actualmente, *incapaz* de me interessar pela actividade política: mormente por esta forma de actividade que a *propaganda* exige. A verdade é que a ideia de *propaganda* (tal como se pratica nas proximidades de eleições) me parece antagónica do melhor espírito democrático".

A 5 de Janeiro de 1957, por iniciativa de um grupo de jovens estudantes, fundava-se o AMICITIA, Grupo Cultural de Portalegre, que desempenhou um importante papel na dinamização cultural local, com a realização de exposições, debates e a edição de um boletim. José Régio colaborou activamente nessa agremiação, participou em júris de salões e concursos e escreveu para o seu órgão. Note-se que, embora a associação fosse politicamente heterogénea, alguns dos seus integrantes participarão no movimento estudantil de 1962 e mesmo em lutas posteriores.

Em 1958, na sequência de um jantar onde se reuniram dezenas de intelectuais, tomou corpo a ideia da realização de um conclave mais amplo, desde logo designado como Iº Congresso Nacional das Actividades Culturais. Formou-se uma comissão promotora composta por Natália Correia, Fernando Abranches Ferrão, João Gaspar Simões, Jorge de Sena e José Osório de Oliveira. A 25 de Junho do mesmo ano, aquela comissão enviou uma circular a um elevado número de personalidades, considerando a iniciativa como uma "aspiração dos intelectuais portugueses"; tratar-se-ia de um congresso de "escritores, artistas e jornalistas", e para o seu êxito propunha a transformação da comissão promotora em comissão

(<sup>64</sup>) "Campanha Pró-Recenseamento e eleições de deputados em 1957". Documento policopiado. Coleção do autor.

organizadora, com manutenção ou não dos elementos iniciais. Esse alargamento pretendia assegurar a participação de "representantes de todas as actividades artísticas ou literárias e, de forma mais eclética, todas as orientações de espírito"<sup>(65)</sup>. De facto, os nomes sugeridos para a nova comissão, embora fossem maioritariamente de opositoristas de várias tendências, também incluíam escritores conotados com o regime<sup>(66 67)</sup>. José Régio foi um dos nomes propostos.

Seis meses depois, o congresso ainda não saíra do mundo dos projectos, como se comprova pelas notícias surgidas na imprensa de então. O diário *República* anunciava que a comissão promotora dava por terminado o seu mandato e publicava a relação dos que tinham acedido a integrar a comissão organizadora<sup>(7)</sup>. Entre estes não estava José Régio. Absorvido pelo intenso labor quotidiano, repartido entre a actividade docente, as lides literárias e as andanças de colecionador de antiguidades, o Poeta refugiava-se por vezes num esquecimento intencional das múltiplas solicitações, do mesmo modo que se furtava a franquear a porta da sua residência aos desconhecidos, estabelecendo toques codificados que identificavam os amigos. É bem possível que não tenha respondido ao convite para participar no congresso, porque estava dividido entre o desejo de colaborar e a certeza de não ter possibilidade de assumir tal compromisso até às últimas consequências.

Situação idêntica ocorreu no mesmo ano de 1958, com o convite que lhe foi endereçado para fazer parte da comissão de recepção ao dirigente trabalhista Aneurin Bevan, que viria a Portugal para proferir algumas palestras. Régio ignorou a solicitação. A

(65) "O Congresso Nacional de Actividades Culturais". Circular de 35-6-1958. Colecção do autor.

(66) Os nomes sugeridos para a nova Comissão foram os seguintes: Alberto de Serpa, Alexandre Babo, Álvaro Ribeiro, António José Saraiva, António Pedro, Artur Portela, Barata Feio, Campos de Figueiredo, Castro Soromenho, Costa Barreto, Delfim Santos, Dordio Gomes, Francisco Keil do Amaral, João de Freitas Branco, Joaquim Paço d'Arcos, José-Augusto França, José Cardoso Pires, José Régio, Luís Francisco Rebelo, Luís Forjaz Trigueiros, Luís Teixeira, Manuel Antunes S. J., Manuel de Oliveira, Miguel Torga, Natércia Freire, Paulo Quintela, Pedro de Moura e Sá, Rogério Paulo e Tomás Ribas.

(67) "O Congresso Nacional das Actividades Culturais", *República*, 28-11-1958, p. 7.

deslocação do político britânico foi proibida pelo governo português (Novembro), e a comissão promotora protestou veementemente contra tal decisão, sendo em seguida detidos por alguns dias António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes, Vieira de Almeida e Jaime Cortesão. Só então Régio quebrou o silêncio e tomou posição, numa carta enviada ao autor dos *Ensaio*s, penitenciando-se por não ter respondido atempadamente ao convite e poder, assim, estar mais solidário com os seus camaradas.

Importa reter que a intensa actividade política ocorrida em 1958 teve como pano de fundo as eleições presidenciais — o caso Bevan é apenas um episódio do seu rescaldo. O acto eleitoral adivinhava-se, aliás, invulgarmente interessante. O Presidente da República em exercício, Craveiro Lopes, não se recandidatava, preterido pelo regime, que apresentava o Contra-Almirante Américo Thomaz. Nos arraiais oposicionistas, após a malograda candidatura de Cunha Leal, surgia a de Arlindo Vicente, um advogado e artista plástico contemporâneo de Régio em Coimbra — fez retratos do Poeta e de outros presencistas —, apoiado por sectores da oposição tradicional e, em especial, pelo PCP. O aparecimento de uma terceira candidatura, a do general Humberto Delgado, quebrou a habitual dicotomia. Militar detentor de uma folha de serviços brilhante e desde sempre ligado à situação que ajudara a construir desde o 28 de Maio de 1926, Delgado provocou um realinhamento de forças e recolheu importantes apoios de personalidades oposicionistas, republicanos, socialistas, até monárquicos e antigos integralistas. Na sua proclamação, divulgada em Maio de 1958, esclarecia as razões da candidatura, afirmava o carácter independente da mesma e esboçava um programa mínimo a pôr em prática no caso de vitória. O ponto 6º do documento visava "pacificar a família portuguesa".

Foi justamente esse o tema escolhido por José Régio para, mais uma vez nas páginas de *A Rabeca*, intervir no momento político português com o artigo "Diversidade e colaboração da Família portuguesa"<sup>68</sup>). Segundo o autor, a desejada união de todos os portugueses não podia confundir-se com uniformidade, obtida apenas com o auxílio da força e do arbítrio. Régio defendia a pluralidade de pensamento, traduzida na existência de formações

(68) *A Rabeca*, n° 1987, 4-6-1958, pp. 1 e 4.

políticas, mas não em excesso, reconhecendo no sistema partidário os riscos próprios de qualquer empreendimento humano. Mas entendia também que valia a pena correr tal risco. Ser cúmplice de um regime de partido único é que não seria possível, porque tal colaboração não era crítica — não podia ser crítica — representava tão somente uma adesão. União e colaboração implicavam diversidade. E concluía: "benquistos o homem que trabalhar por essa união, pois corresponderá a uma das mais fundas aspirações dos seus compatriotas".

Na campanha eleitoral de 1958, o empenhamento de José Régio foi nulo, num claro contraste com o de 1949, tendo apenas assistido a uma sessão de propaganda em Portalegre. Não participou em quaisquer comissões, mas parecia ser incapaz de dar um não categórico aos que solicitavam o prestígio do seu nome para sublinhar acções contra o Estado Novo. Parece-nos exemplar um episódio que nos foi relatado pelo Dr. Feliciano Falcão, amigo de muitos anos em Portalegre e companheiro — nem sempre concordante... — de lides políticas. Após o acto eleitoral de 1958, ambos foram contactados por um oficial do exército, vindo de Eivas, que os informou da conjura militar organizada por apoiantes de Delgado e lhes pediu colaboração, após o triunfo da revolta, para assegurarem a tranquilidade em Portalegre. Régio manifestou disponibilidade para ocupar, a nível local, um cargo na nova administração a sair do vitorioso movimento insurreccional...

## 9. *A questão ultramarina*

Alguns artigos publicados pelo Poeta durante o ano de 1960, na primeira página do *Comércio do Porto*, têm um claro conteúdo político e social; neles o autor tece várias considerações sobre o que entendia ser e dever ser a sociedade, o indivíduo e as relações entre ambos. Um desses textos, intitulado "Mundo português"<sup>(69)</sup>, teve importantes repercussões, reavivando antigas inimizades e alimentando um clima de hostilidade por parte de alguma gente nova contra o Poeta. O tema era melindroso numa época em que se configuravam tempestades sobre o Império. Régio surgia em

(69) O *Comércio do Porto*, 27-11-1960, p. 1.

sintonia com sectores da oposição republicana e socialista, que colocavam sérias reservas à alienação dos territórios ultramarinos. O autor começava por definir o que entendia ser o "mundo português", reconhecendo nessa expressão duas componentes: a primeira era o "território de aquém e de além mar", a terra que "nos custou lutas, sangue, vidas, esperanças, decepções, esforços de toda a casta, suor do espírito e suor da carne". Terras cuja posse considerava legítima porque "as descobrimos e conquistámos num tempo remoto em que as descobertas eram possíveis e as conquistas legítimas". Essas terras, "que civilizámos e missionámos" deviam, pois, ser amadas e defendidas por todos os patriotas. A segunda componente do "mundo português" era a sua alma, os "usos, costumes, condutas, particularidades, criação artística e literária". "Desconhecer estas manifestações, rebaixar sistematicamente estas revelações do nosso mundo anímico — *nosso*, de Portugal — é ser mau português. Ou é nem o ser".

As reacções a esta postura não se fizeram esperar. Conhecemos alguns amigos que lhe manifestaram discordância em relação ao artigo. Outros, que não eram, certamente, seus amigos, optaram pelo insulto anónimo e pela ameaça explícita. Mas José Régio, com a habitual teimosia em questões de princípio, não alterou a sua posição, reafirmando-a em novo artigo dado à estampa no mesmo periódico<sup>(70)</sup>. Defendia-se das acusações de "patrioteirismo", trazendo à colação as palavras de Jaime Cortesão que, numa entrevista ao diário *República*, de 19 de Abril de 1958, justificava a sua presença nas comemorações oficiais do 9 de Abril celebradas na Batalha: "os portugueses devem, em certos momentos, colocar acima de divergências políticas o pensamento e os interesses da comunidade nacional". A manutenção e defesa dos territórios ultramarinos como parte integrante de Portugal seria um desses momentos de unidade. Régio rejeitava liminarmente o epíteto de "patrioteiro", termo que considerava uma caricatura passadista de patriota, quando aplicado aos que pensavam que, "abandonados por nós, quaisquer territórios portugueses de além-mar ou cairiam na anarquia, na selvajaria dos instintos à solta, ou haveriam de se submeter a qualquer potência estrangeira". Recusando fazer

(70) José Régio, "Patriotismo e Patrioteirismo", *O Comércio do Porto*, 11-12-1960, p.1.

futurologia, Régio não se furtava ao debate de ideias e de opiniões sobre tal matéria — desde que estribadas em "argumentos inteligentes" — mas condenava "as afirmações da paixão ou as hipocrisias do facciosismo disfarçado".

Este segundo texto contribuiu para a progressiva marginalização do Poeta por parte de sectores oposicionistas mais radicais, e que se traduzirá numa quarentena que se foi tornando mais rigorosa durante a década de sessenta, potenciada pela sua intervenção em defesa de António Sérgio, aquando da publicação do livro de Vasco Magalhães-Vilhena<sup>(71)</sup> e da polémica em torno do filme *Bonnie and Clyde*.

Os sectores governamentais procuraram aproveitar esta tomada de posição de José Régio. Comentando o artigo "Patriotismo e patrioteirismo", o *Diário da Manhã*<sup>(72)</sup> assinalava que o escrito causara "amargos de boca ao seu autor" e estranhava, ironicamente, que "José Régio não conheça bem alguns daqueles que o acompanham". O autor anónimo concordava com a argumentação do Poeta, mas interrogava-se: "supõe que [...] isso serve de alguma coisa para tais leitores? Santa ingenuidade!". Transcrevia em seguida a passagem do artigo do *Comércio do Porto* que se referia ao abandono dos territórios ultramarinos e às hipotéticas consequências de tal acto, para concluir: "o resto... — deixe-os falar à vontade, José Régio — porque o resto espanta-o a si, mas não nos espanta a nós... É que já estamos habituados a essa gente, se gente se lhes pode chamar".

Após esta intervenção do *Diário da Manhã*, a imagem de Régio saiu bastante maltratada aos olhos dos sectores mais avançados da oposição. Uma das reacções negativas perante essa tomada de posição de Régio foi a de Vergílio Ferreira que, empenhado na preparação de um livro sobre o autor de *Poemas de Deus e do Diabo*, abandonou o projecto. Régio escreveu-lhe uma carta que ignoramos

(71) Vasco de Magalhães-Vilhena, *António Sérgio, o Idealismo crítico e a Crise da Ideologia burguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1964-5. Régio criticou duramente este livro, defendendo António Sérgio e polemizando com Rogério Fernandes. Marginalmente, Alberto Costa interveio com um texto de crítica a Sérgio. V. referências sobre esta polémica no nosso estudo sobre a correspondência entre António Sérgio e José Régio, citado na nota (60).

U) "Um problema bem posto", *Diário da Manhã*, 16-12-1960.



se chegou ou não ao seu destinatário, mas que o Poeta incluiu no seu *Diário*. Trata-se de um documento revelador porque nele descreve as reacções de hostilidade decorrentes da sua postura face ao problema ultramarino, fornece alguns dados interessantes sobre a forma como os dois artigos foram recebidos e sobre o seu próprio estado de espírito, manifestamente abalado<sup>(73)</sup>. Para além disso,

(<sup>n</sup>) A carta endereçada a Vergílio Ferreira e transcrita no *Diário* é do seguinte teor:

"Portalegre, 18/6/61

Virgílio Ferreira

Antes de mais, tenho a agradecer-lhe a lealdade com que me fala: Não podendo, decerto, supor (até agora) que o Virgílio Ferreira me não concedesse independência de opinião ou juízo; não podendo crer (continuando a não poder crer) que atribua motivos indignos a qualquer minha expressão de opinião, — eu, sem dúvida, o acreditaria em qualquer pretexto que me desse para não realizar o trabalho que de bom grado aceitara. Quis o Virgílio Ferreira dar-me a razão verdadeira, e tenho a agradecer-lho. Mas agora, deixe-me declarar-lhe o meu espanto, que chega a ser doloroso! Sem ofender ninguém, sem atacar ninguém, eu ousei fazer umas discretas alusões à minha opinião sobre o caso *actual* de Angola: opinião que aliás precisaria de ser desenvolvida, comentada, explicada, corrigida no seu simplismo jornalístico, para ser verdadeiramente compreendida. *Seja, porém como for, fosse como fosse*, penso que todo o indivíduo consciente tem não só o direito, como o dever, de declarar as suas opiniões quando assim o entenda. Que estas sejam certas ou erradas, é outro caso; mas errar, que é próprio do homem, não toma ninguém indigno de estima; e até me parece que o declarar uma opinião facilitará, pela controvérsia inteligente e o esclarecimento recíproco, a total ou parcial correcção dessa opinião errada.

Parece que estes pontos de vista se vão tornando perfeitamente inactuais! e — o que é mais grave — até entre aqueles que, pela sua cultura, a sua faculdade de reflexão e o seu conhecimento da diversidade dos juízos humanos, deveriam ser mais compreensivos, que são os chamados intelectuais.

Tanto bastou — o facto de eu declarar a minha opinião sobre o caso *actual* de Angola — para ser grosseirissimamente insultado por cartas anónimas, ameaçado de represálias para breve, e, agora, excluído do trabalho que o Virgílio Ferreira projectava consagrar à minha produção literária. As armas do Virgílio Ferreira diferem um pouco, como é natural; a posição de intolerância é, porém, a mesma. Já não é de agora, aliás, que, pelo facto de ser, em todos os campos, uma obra de heterodoxia, a minha obra literária é vítima de campanhas de silêncio e degradação. (Já nem falo doutras coisas de que, doutros pontos de vista, é vítima).

Várias vezes tenho arriscado a minha posição de funcionário público por assinaturas e actos mais ou menos considerados subversivos pela *Situação*.

permite-nos compreender melhor a sua opinião face ao problema ultramarino. Não se trata de uma postura "política", no sentido limitado do termo, mas sim de um gesto polémico e moral. Veja-se o ênfase que colocou na expressão "caso actual de Angola", significando assim que se pronunciava de forma localizada no tempo, em função de elementos disponíveis no momento, deixando em aberto a possibilidade de corrigir o seu pensamento após uma discussão que, infelizmente, não teve lugar. Estes artigos de José Régio foram escritos no calor dos acontecimentos e reflectem o seu desejo de defender a segurança dos portugueses e da cultura nacional face a ameaças exógenas, reais ou hipotéticas. Não se pense, porém, que a partir desse momento desapareceram as reservas e suspeições para com o Poeta e que, inversamente, este deixou de manifestar discordância em relação ao regime. Talvez para desfazer equívocos, a última década da sua vida será de maior empenhamento.

#### *10. Os conturbados anos sessenta*

No início da década de sessenta, Régio continuou a colaborar com o AMICITIA e empenhou-se na organização de uma nova associação, o "Cineclube de Portalegre, Centro de Cultura Cinematográfica de Portalegre", integrado no surto cineclubista que percorreu o país. A história daquela organização não deixa de ser curiosa porque, embora inspirada por oposicionistas, conseguiu

Simultaneamente me tomo impopular a outras facções, ou delas me vejo odiado, pelo facto de igualmente me recusar a receber-lhes as opiniões feitas. E eu a supor que o trabalho do Virgílio Ferreira poderia contribuir a esclarecer uma posição que, pelo visto, é quase incompatível com os tempos que atravessamos!

Num estudo sobre uma obra literária, (e mesmo também tratando do homem) nem vejo que fosse o crítico obrigado a versar todas as posições de pormenor do autor; ou, versando-as, a concordar com elas. Também não percebo como, acreditando o meu camarada que a minha atitude (certa ou errada) *foi tomada em obediência a altos princípios morais*, e a não ser que isto seja uma ironia de muito mau gosto — não vejo que, afinal, isso lhe deveria bastar.

Tão estranho em suma, se me afiguram estas coisas, tão opressivo quer me volte para um quer para outro lado, o mundo em que vivo, que já várias vezes me tenho perguntado se não seria tempo de me calar de vez.

José Régio"

congregar na sua fundação elementos destacados da Situação, como o Dr. Armando Sampaio, a quem já aludimos por ocasião de *Jacob e o Anjo*. O então governador civil de Portalegre informava o SNI de que os fundadores eram "de absoluta confiança na defesa dos princípios que fundamentam o Estado Novo"<sup>(74)</sup>, com algumas excepções: "os drs. Ernesto Carvalho Oliveira, José Maria dos Reis Pereira (José Régio), o Eng<sup>o</sup> José Ventura dos Santos Reis, não os considero defensores ou simpatizantes com a referida ideologia", o Dr. Feliciano Falcão "é abertamente contra o Estado Novo e defensor de ideologia situada na extrema-esquerda", e o Padre Antonio Baltazar Marcelino — actual Bispo de Aveiro — "tem últimamente publicado artigos na imprensa regional que, não obstante os considerar no âmbito da Igreja Católica, assentam em doutrina social avançada". O certo é que o Cineclube foi legalizado e desempenhou durante vários anos um papel importante na promoção cultural da cidade, realizando projecções, sessões, debates e publicando textos de apoio. Mas essa actividade cultural invulgar numa cidade de província provocou reacções.

Em 1962 — ano em que José Régio passou à situação de reforma no Liceu de Portalegre — a tertúlia a que pertencia e que se reunia quotidianamente num dos cafés da cidade foi alvo de um panfleto anónimo, assinado por "um grupo de nacionalistas" que se insurgiam contra a acção "dissolvente" junto dos jovens, e um dos visados era "um professor de Liceu aposentado"; tratava-se, naturalmente, de José Régio<sup>(75)</sup>. Os atingidos reagiram e entregaram uma queixa na polícia, contra os desconhecidos autores do panfleto. O inquérito foi inconclusivo, embora constasse na época e ficasse demonstrado, após 1974, que tudo partiu de responsáveis da Câmara Municipal e da União Nacional.

Mas o ano de 1962 também foi palco das grandes movimentações estudantis que afectaram escolas e academias, em especial a de Lisboa. A 15 de Maio daquele ano, um grupo de membros da Sociedade Portuguesa de Escritores divulgou um

<sup>(74)</sup> Ofício confidencial de 21-10-1960, sem referência, assinado pelo Governador Civil de Portalegre, Martinho de França de Azevedo Coutinho, dirigido ao Chefe da Repartição da Cultura Popular. Arquivo do Governo Civil de Portalegre.

<sup>(75)</sup> Ver sobre este episódio o nosso artigo "História de um panfleto anónimo. Uma provocação a José Régio", *Ponfo*, 15-4-1982, p. 24.

abaixo-assinado sobre a crise académica, reivindicando uma solução rápida e pacífica para o problema com a "satisfação das aspirações que [...] são as da maioria dos alunos e professores universitários"<sup>(76)</sup>. O documento era subscrito por sete dezenas de intelectuais entre os quais José Régio.

Outro momento de intervenção por parte do Poeta situa-se em 1965. A 20 de Abril daquele ano constituiu-se uma Comissão Nacional Pró-Amnistia aos Presos Políticos, que integrava seis intelectuais — Sophia de Mello Breyner Anderson, Adelino da Palma Carlos, Jaime Celestino da Costa, Luís Francisco Rebelo, Raul Rego e José Régio, bem como cinco familiares de presos políticos — Alice Sena Lopes, Ângela Pestana, Cândida Lindim Ramos, Flora Magro e Maria Helena Blanqui Teixeira. A comissão elaborou um apelo dirigido ao Presidente da República, assinado por todos os seus membros e por mais duas centenas de personalidades de quadrantes ideológicos diversos, reivindicando uma amnistia geral, porque "os presos políticos são homens que, de acordo com a sua consciência, lutaram por um ideal"; [...] "um ideal não é um delito, a consciência e o pensamento não são crimes".

Nesse mesmo ano de 1965, a revista *Presence Africaine* (número de 24 de Julho) abordava os reflexos da atribuição do prémio da Sociedade Portuguesa de Escritores a Luandino Vieira, e as represálias tomadas contra aquela agremiação, acrescentando que "duzentos escritores portugueses, entre os quais o célebre romancista Ferreira de Castro, Miguel Torga, José Régio, Prof. Paulo Quintela, assinaram uma declaração de solidariedade com a direcção da SPE e o júri do Grande Prémio do Romance".

### 11. Epílogo — as eleições de 1969

A partir de 1962, o Poeta repartia o tempo entre Portalegre e Vila do Conde, com uma permanência involuntária em Lisboa, devido a doença. Para *A Rabeca* escreveu mais um artigo político, a

<sup>(76)</sup> Entre outros subscritores deste abaixo-assinado, contavam-se Alves Redol, António Ramos Rosa, Aquilino Ribeiro, José Gomes Ferreira, José Régio, José Saramago, Fernando Namora, João Gaspar Simões, Joaquim Namorado, José Cutileiro, Mário Sacramento, Mário Soares, Sophia de Mello Breyner e Urbano Tavares Rodrigues.

propósito do 5 de Outubro de 1966<sup>(77)</sup>, onde definia as características do regime político que considerava ideal: a democracia representativa temperada com uma forte vertente social. Amargurado com o muro de silêncio que via erguer-se em seu redor, construído por adversários de sempre mas também pelas novas gerações, plenas da iconoclastia que caracteriza os jovens, José Régio não renunciou aos seus ideais. A polémica que manteve em 1965, a propósito do já citado livro de Vasco Magalhães-Vilhena, *António Sérgio, o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*, também serviu de pretexto para sublinhar ideias e opiniões defendidas desde há muitos e muitos anos.

A derradeira tomada de posição teve lugar no ano da sua morte — 1969. Por ocasião das eleições legislativas então celebradas, a oposição democrática foi às urnas dividida. Também no círculo do Porto isso sucedeu, com o aparecimento de duas listas — uma da CDE, outra da CEUD. O Dr. António Macedo, candidato por aquele último agrupamento, de inspiração socialista, convidou o Poeta para participar na sessão de apresentação dos candidatos na capital nortenha, entre os quais se encontrava António José de Sousa Pereira. Régio recebeu a solicitação com alguma cautela, quis ler antecipadamente o manifesto eleitoral e acabou por ceder. No dia 8 de Outubro de 1969, o escritor compareceu na Associação dos Artistas e Homens de Letras do Porto, num gesto de claro apoio à candidatura socialista. Após a sessão, onde António Macedo teve um papel preponderante<sup>(78)</sup>, ainda houve tempo para uma fuga até ao "Escondidinho", em companhia de seu primo António José, de Artur Santos Silva, de Alberto de Serpa e de Sophia de Mello Breyner. No dia seguinte, Régio sofreu um enfarte do miocárdio, de que viria a morrer a 22 de Dezembro desse mesmo ano de 1969.

(D José Régio, "República", *A Rabeca*, n.º 2404, 6-10-1966, p. 1.

(78) António Macedo, no seu livro de memórias *Na outra Margem de Abril. Pequenas histórias de grandes Homens*, Lisboa, 1988, refere essa participação de José Régio (p. 43) e publica uma fotografia da conferência de imprensa da CEUD, com a presença do Poeta (p. 69).

## 12. Fazer política por imperativo moral e ético

Quais as motivações que levaram José Régio a empenhar-se na acção política com intensidades muito variáveis? Que grau de paixão lhe imprimia? Como explicar os momentos de completa descrença e os surpreendentes reaparecimentos, por vezes quase simultâneos, como se fosse obrigado, por qualquer razão oculta, a tomar posição? Eis algumas questões pertinentes que poderão ser respondidas pelo próprio Régio através da sua correspondência e de alguns comentários contidos no *Diário*.

Começemos pelas motivações. No balanço da participação na campanha eleitoral de 1949, o Poeta interrogava-se: "Ora, no fim de contas, que me levou a mim, que sou escassamente político, a tomar estas atitudes de certo modo corajosas, até arrojadas, para um professor do liceu que não possui senão alguns trastes velhos? Creio que duas coisas: Primeiro, a consciência de que o meu nome impunha — e em idênticas circunstâncias voltará a impor — uma certa acção em favor dos meus ideais ético-políticos. Segundo, uma certa fraqueza sentimental perante os que de mim esperavam qualquer actividade, e me convidavam a ela. Dificilmente suportaria a ideia de os desiludir". Esta dificuldade em dizer "não", já a vimos referida em diversas passagens do *Diário*. Quando, em 1957, se colocou à margem das eleições presidenciais que se avizinhavam, não deixou de aludir ao receio de desapontar os que nele confiavam. Quanto à intensidade do empenhamento, Régio esclarecia: "Verdadeira paixão, nunca a pus, portanto, nessa minha aliás escassa acção como político; ou, se pus essa paixão, foi *contra* coisas que, *do ponto de vista moral*, condeno e odeio. O ponto de vista moral será sempre fulcro de qualquer minha actividade social ou política. Quem, porém, de tudo isto concluísse qualquer falta de sinceridade nessas minhas intervenções, não faria senão um pobre juízo simplista. Foi com grande prazer que voltei, depois da agitação destes dias [Régio refere-se ainda à campanha de Norton de Matos], ao meu mundo interior e à minha toca, à minha vida íntima de artista místico. Esta é que é, sem dúvida, a minha profunda e verdadeira vida. Não obstante, *nunca me arrependi* de ter entrado nessa agitação. Suponho que voltarei a ela quando entender que assim o devo. Não poderei gozar a minha vida íntima, sem me comportar *decentemente*".

A intervenção cívica aparece, assim, justificada por

imperativos de ordem moral e ética. Numa carta endereçada a seu pai, datada de 10 de Março de 1949, confessava: "quanto á política..., há uma coisa importante: Não me sinto com vocação para político! Mas porque devo um certo respeito ao meu próprio nome — e não devo desiludir as pessoas que me respeitam — seria obrigado a tomar, em certos momentos, uma certa atitude, mesmo que não fosse espontaneamente impelido a isso. Acontece, porém, que sou espontaneamente impelido a isso. E contra isto, — não há, para mim, nenhum argumento que valha. Nem todos os homens são da raça de sempre andarem encolhidos com medo. Penso, aliás, que há medo a mais". Alguns anos depois, noutra missiva, desta vez endereçada a seu irmão João Maria, ao comentar a peça *A Salvação do Mundo*, o Poeta precisava o seu pensamento quanto à política: "Tudo o que me tens dito sobre a minha peça e a Política — não deixa de ter alguma razão. Certíssimo é que se não pode governar os povos, nem o mundo, sem política; e, sendo assim, a Política é coisa muito importante. Sucede, porém, que o fundo *mais fundo* da minha peça é moral, poético e religioso; ou antes: místico. Ora, para quem tem uma atitude fundamentalmente mística, toda a política não inspirada por uma autêntica e *livre* mística (livre, no meu caso) quase se reduz a uma técnica, e estreita. Os meus três chefes são representantes da estreiteza, do formalismo e da intolerância de quem *crê* numa certa política sem poder animar essa crença (ou convicção, ou opinião) daquele espírito moral, poético, religioso, que sobretudo representam o *Profeta* e a *Rainha-mãe*. *Ao rei* competirá *achar* a Política que eu seria incapaz de satirizar na minha peça... Tu dirás que essa será essencialmente democrática — e pode ser que sim".

A sua obra está, com efeito, semeada de referências e de insinuações que podem fornecer outros elementos para um estudo mais completo do seu pensamento político <sup>13</sup>

### 13. "*Democrata, socialista, cristão*"

A preocupação de agir em liberdade, sem obedecer a pressões, a ideias preconcebidas e a modas, levou Régio a estampar o seu nome em publicações com orientações políticas, ideológicas e estéticas bem diferentes. Ao ser convidado, em 1949, para colaborar regularmente na revista *Vértice* — que ele considerava de

"tendências comunizantes" —, não recusou tal eventualidade, mas colocou algumas objecções ao autor do convite, Armindo Rodrigues, numa carta que transcreveu no *Diário*. Tendo a revista uma orientação definida, tanto no campo ideológico como artístico, não seria incoerente para ela, revista, — não para Régio — dar abrigo a textos que poderiam colidir com essa mesma orientação? E o Poeta aproveitava a oportunidade para definir, de um modo sintético e claro, a sua posição: "Em princípio eu julgo-me livre de colaborar em qualquer publicação que não seja de mera propaganda de ideias a que seja adverso. Tenho colaborado em várias publicações católicas ou nacionalistas; — e não sou católico de modo nenhum, (apesar de às vezes mo julgarem) nem nacionalista senão muito a meu modo. Ainda há pouco mandei para uma revista nacionalista — *Lusitânia* — a única poesia inédita publicável que tinha nas gavetas. Também tenho colaborado em publicações consideradas *avançadas*. Considero-me eu próprio, em política, um avançado, pois me considero democrata, socialista e cristão: três características, quanto a mim, do permanentemente avançado; — as quais muita gente considerará inconciliáveis; eu não".

"Democrata, socialista, cristão". Eis a definição que José Régio fazia de si próprio como político. Defendia, no fundamental, os valores da democracia representativa, com o inerente sistema partidário, e uma tónica muito especial no respeito pelas liberdades. Mas a experiência negativa da I República explica as reservas que colocava à excessiva proliferação de partidos. Recusava liminarmente as soluções autoritárias, de qualquer tipo, como afirmou numa missiva a seu pai, logo após as eleições presidenciais de 1949: "Para ser, como sou, contra a comunismo, também tinha de me mostrar adversário da ditadura salazarista" (carta de 10-3-1949). Os grandes valores do cristianismo, a mensagem que Cristo-Homem trouxe ao mundo, temperavam essa democracia, que não podia ser apenas formal. E se nesse regime existia alguma divindade para além do Deus em que Régio acreditava, como tão bem expressou na inacabada *Confissão dum Homem religioso*, essa divindade era a Liberdade. Liberdade que o Poeta colocou, mesmo no plano pessoal, acima de tudo e de todos, recusando qualquer desempenho oferecido pelo regime — e teve várias solicitações — ou simples convites para voos inaugurais da TAP.

Por isso mesmo foi alvo de incompreensões e de silêncios. A sua heterodoxia não satisfaz gregos nem troianos. Os homens livres



são incómodos. José Régio foi um homem livre que procurou, dentro das imperfeições inerentes à natureza humana, ser fiel ao poema que escreveu, na juventude, e que incluiu no seu primeiro livro de poesia *Poemas de Deus e do Diabo* — "Cântico negro" . Mesmo em momentos penosos não cedeu à facilidade. Soube sempre dizer — "não vou por aí".